

Formas e mecanismos de exclusão social

António Teixeira Fernandes

As sociedades têm conhecido, através do tempo, modalidades diversas de diferenciação social. A total igualização das condições de existência, ora objectivo de alguns regimes políticos, ora ideal de certas construções doutrinárias, pertence à mera utopia e projecta-se ou num passado original ou num futuro idílico. Nas sociedades históricas, a realidade social apresenta-se, nas suas modalidades mais conhecidas, sob a forma de castas, de grupos de *status* ou de classes.

Esta diferenciação nem sempre é sentida como injusta. Quando a maioria da população se encontra imersa na pobreza, como acontece na sociedade tradicional, a vida não oferece alternativas. Suporta-se passivamente, como se de um destino se tratasse. A situação altera-se quando a penúria se reduz a uma minoria ou não abarca a grande maioria e se torna manifesta sobretudo em situações conjunturais de depressão económica. A pobreza, nos países da opulência, tem algo de excepcional e, por isso, desperta uma inquietação particular, quer entre os responsáveis políticos, quer nas camadas sociais favorecidas.

Deixando de lado a análise expressa e sistemática das relações entre pobreza e justiça social — segundo J. K. Galbraith, «o fim da injustiça não é necessariamente, nem mesmo costuma ser, o fim da pobreza»¹ —, embora esta questão aflore ao longo deste trabalho, vamos concentrar-nos no estudo dos mecanismos e das formas de pauperização na sociedade contemporânea, no contexto da Europa ocidental e com incidência sobre Portugal. A sociologia da exclusão social é essencialmente uma sociologia da dependência e da privação dos diversos níveis de poder, quer o problema se ponha em termos de desenvolvimento mundial, quer ao nível de potenciação dos recursos no interior de um país. Uma conexão de circularidade envolve este

¹ JOHN KENNETH GALBRAITH, *A Sociedade da Pobreza*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1979, p. 126.

fenómeno: é-se pobre porque não se tem poder e não se tem poder porque se é pobre.

Tal enunciação delimita a perspectiva em que nos situamos. A maior parte dos estudos considera apenas, ou sobretudo, a repartição das riquezas, o aspecto mais aparente e visível da pobreza. Mas, para além dos níveis de posse económica, é necessário atender à posição das pessoas na estrutura social, à sua situação de classe, à rede de relações sociais em que se inserem, às suas formas de associação e sobretudo às modalidades de participação e de exercício do poder. Distanciamos-nos da teoria económica e, aproveitando da análise das sociabilidades, tentaremos abordar o problema da pauperização na óptica da sociologia política.

Tal é a questão que nos propomos, de seguida, mostrar e demonstrar sendo também esta a dimensão que, por nós, será tomada em consideração. Aquele problema e esta abordagem serão encarados através de uma pesquisa comparativa, pesquisa que nos parece susceptível de revelar as modalidades de dependência na sociedade actual.

I

As formas e os mecanismos de pauperização actual assumem todo o seu relevo quando correlacionados com os que dominam no século passado, aquando da revolução industrial na Europa. A aproximação, de facto, das duas situações ajuda-nos a compreender como as sociedades, no seu processo de produção e de reprodução, segregam fenómenos de marginalidade, de desvio e de dependência.

O problema da pauperização, no âmbito da economia clássica, é concebido na perspectiva do progresso e este na óptica do Iluminismo. Subjacente ao liberalismo não está a ideia de desenvolvimento, que virá a surgir depois da Segunda Guerra Mundial, mas a de perfectibilidade humana, veiculada pelo progresso iluminista e baseada no reforço da instrução, na difusão do saber e na formação generalizada do povo. Se em John Bentham e Adam Smith alguma ideia de desenvolvimento aparece, ela está essencialmente ligada à noção de progresso. A *Aufklärung* oferece uma teoria acerca da perfectibilidade do homem, apoiada na racionalidade e na evolução. Esta ideia é reassumida depois pelo liberalismo e pelo utilitarismo. A pobreza aparece, neste contexto, como um sub-produto de uma evolução direccionada e as medidas tomadas em prol da sua assistência — como as célebres *poor laws* inglesas — não raro são tidas como prejudiciais à perfeição da espécie.

Quando em 1803, Thomas Robert Malthus publica *An Essay on the Principle of Population*, precedido de um panfleto anónimo que,

em 1789, anunciava o que ficou conhecido por *Lei da População*, não faz mais do que aplicar àquela ideia de perfectibilidade do homem e da sociedade a questão demográfica. Tal lei poderia explicar as causas da pobreza e da miséria. Segundo Thomas Robert Malthus, «a riqueza e o poderio das nações não têm valor a não ser enquanto contribuem para a felicidade dos homens». Mas instituindo-se um sistema de segurança, se diminuem as «misérias individuais», estende-se a «pobreza geral». A razão está em que as *poor laws*, fazendo aumentar a população sem assegurar o crescimento dos meios de subsistência, «criam os pobres que assistem», colocando-os «na infelicidade e na dependência». São leis que contribuem para o empobrecimento dos trabalhadores, porque enfraquecem, «ao mesmo tempo, o gosto e a faculdade de se elevarem acima das pessoas comuns», os principais factores motivadores do trabalho e da honra, essa *vis medicatrix rei publicae*. De entre os elementos que favorecem e compõem a felicidade, dois merecem a atenção especial por parte de Thomas Robert Malthus: «a faculdade de obter coisas necessárias à vida, e a saúde». As medidas até então tomadas têm, em seu entender, obscurecido as verdadeiras causas da miséria. Se a felicidade de todos deve resultar do bem-estar de cada indivíduo, o dever universal «reduz-se a não pôr no mundo crianças se não se está em estado de as alimentar»². O remédio contra a pobreza consiste, então, em diminuir o número dos trabalhadores. Assim se faz aumentar os salários. A população excessiva e embrutecida é não só inimiga da liberdade como perpetuadora da miséria. Esta resulta do crescimento rápido da população, com a manutenção dos mesmos meios de subsistência.

Muitos autores, antes de Thomas Robert Malthus, haviam intuído esta lei da população. Inspiram a sua obra David Hume, Robert Wallace, Adam Smith, Richard Price, Charles Montesquieu, James Steuart, Arthur Young e Joseph Townsend, como a própria obra o testemunha de forma directa. Este último autor, com o seu célebre *Apólogo das Cabras*, na ilha de Juan Fernandez, extrapola para a conduta humana o que observa entre os animais. Para todos estes pensadores, a causa da miséria é natural. Resulta da desigualdade de crescimento, da população e dos meios de subsistência. Aquela aumenta em progressão geométrica, estes em progressão aritmética.

Também antes de Thomas Robert Malthus, e contrariando a sua posição eudemonística e utilitarista, houve quem sustentasse que a causa da miséria é estrutural. William Godwin atribui às instituições

2 THOMAS ROBERT MALTHUS, *Essai sur le Principe de Population*, Paris, Éditions Gonthier, 1964, pp. 113, 117, 118, 120, 124, 125, 158, 161, 169, 170 e 205.

humanas a situação de pobreza. O seu enfoque é político-social. Aquela situação é imputável à desigualdade existente³. Idêntica perspectiva é defendida por Jean-Antoine de Condorcet⁴. É a estrutura social injusta que, segundo ele, está na base da pobreza. Mas é sobretudo Richard Cantillon que parece desenvolver uma linha de pensamento pós-malthusiano⁵, ao sustentar que a população se adapta não à subsistência, mas às diversas maneiras de viver, sendo um dos primeiros autores, se não o primeiro, a propor uma concepção de pobreza relativa.

A teoria da perfectibilidade humana, entendida em termos de processo de racionalização, aparece particularmente em Condorcet, que interpreta o conceito de perfeição de acordo com o modelo da ciência moderna. Em seu entender, o progresso da humanidade aparece associado ao crescimento económico, ao desenvolvimento técnico, à garantia das liberdades civis, à abolição das desigualdades sociais e à supressão da miséria. Segundo Jiirgen Habermas, «Condorcet crê na vida eterna antes da morte»⁶. Existe nele uma concepção linear do processo civilizacional (como aparece depois em Karl Marx, A. Comte, H. Spencer e Ch. R. Darwin), operado pelo progresso do espírito humano. O conhecimento desencadeia a modernização técnica, o crescimento económico, a melhoria das condições de vida das populações e a eliminação da penúria. As ideias de Condorcet estão ligadas particularmente ao universalismo e ao racionalismo da *Aufklärung*.

Se a economia liberal atribui os males sociais à natureza física e humana, a doutrina socialista imputa-os à estrutura da sociedade. A teoria malthusiana aparece como axioma da economia política clássica. Ela assenta no princípio da desigualdade natural dos indivíduos e, consequentemente, no mérito das classes possidentes. Estas classes são qualitativamente diferentes, dotadas de características físicas e intelectuais superiores, enquanto as camadas sociais inferiores são sub-produtos da sociedade. Em tal perspectiva ideológica, radicam quer o utilitarismo quer o darwinismo social. O pensamento marxiano, esse tornou-se o quadro de referência da análise socialista. Ao carácter natural da desigualdade, assente em diferenças biológicas e mentais,

³ WILLIAM GODWIN, *Inquiry Concerning Political Justice and Its Influence on General Virtue and Happiness*, London. Penguin, 1976.

⁴ JEAN-ANTOINE CONDORCET, *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de L'Esprit Humain*, Paris, Éditions Sociales, 1971.

⁵ RICHARD CANTILLON, *Essai sur la Nature du Commerce en Général*, Paris, Institut National d'Études Démographiques, 1952.

⁶ JÜRGEN Habermas, *Théorie de l'Agir Communicationnel*, Paris, Fayard, 1987, Tomo I, p. 164.

contrapõe a acção histórica expressa na tendência de uma classe a explorar e a dominar a outra, reduzindo aquela desigualdade a um mero fenómeno recorrente da estrutura social.

Sustentando que o desenvolvimento da sociedade se opera simultaneamente através da utilização dos recursos materiais e humanos, P. J. Proudhon atribui os males da população às estruturas sociais de monopólio, J. Ch. L. Simonde de Sismondi às viciosas instituições da sociedade e W. Godwin às desigualdades sociais ⁷. É, porém, Karl Marx que dirige a mais acérrima crítica ao que chama «o dogma economista», professado desde Ricardo a John Stuart Mill.

Permanecendo constante a «composição orgânica do capital», o progresso da acumulação tende, no entender de Karl Marx, a exercer uma influência determinante sobre a situação da classe operária. Nessa medida, a «acumulação do capital é, por isso, ao mesmo tempo crescimento do proletariado». Com a revolução industrial, a produção económica dá origem necessariamente à criação crescente de mais-valia. A lei da produção capitalista, transformada em lei da produção liberal, não é mais do que a «relação entre o trabalho gratuito e o trabalho pago da mesma população operária». Referindo-se expressamente a A. Smith, Karl Marx afirma que «segundo os próprios economistas, não é nem a extensão actual da riqueza social, nem a grandeza absoluta do capital adquirido que levam a uma subida dos salários, mas o progresso contínuo da acumulação e o seu grau de velocidade» ⁸. À luz da economia clássica, a acumulação de capital é sempre favorável ao trabalho, porque aumenta a sua procura. Karl Marx denuncia «a lei da produção capitalista assim metamorfoseada em pretendida lei natural da população», ao constatar que é a população que serve os interesses do sistema e não o contrário.

De acordo com o pensamento marxiano, ao produzir a acumulação do capital, a classe proletária dá origem aos instrumentos da sua «metamorfose em superpopulação relativa». O desenvolvimento da

⁷ PIERRE JOSEPH Proudhon, *Système des Contradictions Économiques ou Philosophie de la Misère*, in *Oeuvres Complètes de Proudhon*, Paris, Rivière, 1923; JEAN CHARLES LÉONARD SIMONDE DE SISMONDI, *Les Nouveaux Principes d'Économie Politique*, Paris, Institut des Sciences Mathématiques Économiques Appliquées, 1976; KARL MARX, *Le Capital*, Livre I, Tome III. Paris, Éditions Sociales, 1973, p. 80; e *Misère de la Philosophie*, Paris, Éditions Sociales, 1972.

⁸ KARL MARX, *Le Capital*, Liv. 1, Tomo m, pp. 54, 55, 57, 59, 60, 61, 87 e 88. Karl Marx demonstra que «o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social que este progresso causa manifesta-se ainda por progressos qualitativos, por mudanças graduais na composição técnica do capital, cujo factor objectivo ganha progressivamente em grandeza proporcional em relação ao factor subjectivo». *Le Capital*, Liv. I. Tomo III. p. 64.

riqueza produz uma «superpopulação operária» que se constitui em «exército de reserva industrial» e se transforma em condição de existência do próprio sistema capitalista, no «seu estado de desenvolvimento integral». Somente no regime industrial, aquele exército de reserva aparece associado à produção de riqueza, como uma das suas necessidades fundamentais. Em tal situação, a composição da classe operária aparece sob a forma de «exército activo» e de «exército de reserva». A condenação de uma parte à «ociosidade forçada» impõe à outra «um excesso de trabalho que enriquece capitalistas individuais», com o aumento da acumulação, e mantém o «exército industrial de reserva em equilíbrio»⁹. Não existe, por isso, uma superpopulação absoluta, mas uma superpopulação relativa, específica de cada sistema económico. Para Karl Marx, «de facto, cada modo histórico de produção social tem também a sua lei de população própria, lei que não se aplica a não ser a ele, que passa com ele e que não tem, por conseguinte, a não ser um valor histórico». É bem claro aqui o mecanismo de pauperização: «A acumulação do capital produz uma subida dos salários, esta subida um aumento de operários, este aumento uma baixa de salários e esta, finalmente, uma diminuição dos operários»¹⁰. A análise marxiana aparece assim como um corolário da sua teoria da acumulação capitalista e tem por base a exploração operária, em que os trabalhadores são forçados a vender-se, como se de mercadoria se tratasse, ao sabor das flutuações do mercado.

A superpopulação relativa apresenta, na época, formas diversas de existência. Karl Marx distingue três grandes categorias: as formas «flutuante, latente e estagnante». A superpopulação existe em «estado flutuante», quando os centros industriais atraem e repelem alternadamente os operários. Torna-se latente, no caso do operário agrícola reduzido ao salário mínimo e ao limiar do pauperismo. A terceira modalidade, a estagnante, pertencente ao «exército industrial activo», é constituída por aqueles que têm ocupações irregulares. Esta categoria, que oferece um «reservatório inesgotável de forças disponíveis», está acostumada à «miséria crónica». Ela «habita o inferno do pauperismo»¹¹. No primeiro caso, trata-se de operários com capacidade para o trabalho; no segundo, de órfãos e dos filhos dos pobres assistidos; e, no terceiro, dos miseráveis. Para além destas modalidades, existem as

⁹ KARL MARX, *Le Capital*. Liv. I, Tomo III, pp. 70, 74, 75, 76, 78, 80 82 e 87.

¹⁰ KARL MARX, *Le Capital*. Liv. I, Tomo III, pp. 74 e 82; *Manifeste du Parti Communiste*, Paris. Éditions Sociales, 1966, pp. 41. 51 e 68; F. ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*, Lisboa, Editorial Presença, 1975, p. 374.

¹¹ KARL MARX, *Le Capital*, Liv. I. Tomo III, pp. 83, 85 e 86.

«classes perigosas», que compreendem os criminosos, os vagabundos, os mendigos e as prostitutas, também designados por lupenproletariado.

Com base nesta análise das suas formas e dos seus mecanismos, Karl Marx afirma que o «pauperismo é o hotel dos inválidos do exército activo do trabalho e o peso morto da sua reserva». Constitui, no entanto, «uma condição de existência da riqueza capitalista». A grandeza do «exército industrial de reserva» é então proporcional ao crescimento da riqueza. Em seu entender, «quanto mais aumenta esta camada dos Lázarus da classe salariada, tanto mais aumenta também o pauperismo oficial», sendo esta «a lei absoluta, geral, da acumulação capitalista»¹². Esta exige «a monstruosidade de um exército industrial de reserva, mantido na miséria, a fim de estar sempre disponível para a procura capitalista»¹³. A indigência invade assim largas camadas da população, na medida em que, no mercado de trabalho, se dá um crescimento demográfico mais rápido do que as necessidades laborais. Ao contrário do que afirma a teoria liberal, ela não resulta do crescimento, em diferente proporção, dos recursos alimentares e da população, mas do aumento desta para além das exigências do sistema produtivo. A acumulação do capital gera, então, necessariamente, a acumulação da miséria, operando-se num pólo a concentração da riqueza e no outro a escravidão, a ignorância, o sofrimento e a pobreza. O proletariado analisado por Karl Marx vive em estado de pobreza e de miséria, subordinado à lei de bronze do mercado

A teorização feita por Karl Marx tinha sido precedida, em meados do século XIX, por um estudo circunstanciado sobre a «miséria e a opressão do proletariado» na Inglaterra, considerado como «classe indigente». A situação da classe operária é vista por F. Engels como «o caso extremo e a mais visível manifestação da miserável situação social» da época. Enquanto os artesãos ingleses, no passado, «viviam em harmonia, humildes mas não necessitados, com as classes sociais mais elevadas», os operários, durante a revolução industrial, são reduzidos «ao papel de simples máquinas». Esta população habita normalmente os bairros miseráveis, alguns em «tugúrios escondidos perto dos palácios dos ricos»¹⁴. E os «cavaleiros da indústria», enriquecidos com a sua miséria, persistem em ignorá-los. As habitações do proletariado são antros de vício e de degradação moral. Aí campeiam as doenças, os crimes e as privações de toda a ordem, em contínuo atentado à dignidade humana.

¹² KARL MARX, *Le Capital*, Liv. I, Tomo 111. pp. 86, 87 e 88.

¹³ KARL MARX, *Le Capital*, Liv. I, Tomo II. p. 165.

Tal estado de coisas é imputado à concorrência dominante no tempo. No entender de F. Engels, «a concorrência deu origem ao aparecimento de um proletariado»¹⁵. Os operários competiam entre si, como o faziam os próprios burgueses, transformando-se esta concorrência numa poderosa arma contra aqueles. Com a diminuição dos postos de trabalho, muitos trabalhadores ficavam em *stock*, entregues à sua fome. Quando, ao contrário, a procura de mão-de-obra abundava, subiam os salários e dava-se um relativo bem-estar, com o consequente acréscimo da natalidade. A vida dos operários oscilava, deste modo, entre a miséria generalizada e a mínima suficiência.

Antes de Karl Marx, F. Engels dá-se bem conta do funcionamento do regime industrial inglês. Segundo ele, a indústria necessita de uma «reserva de operários desempregados», essa «reserva de trabalhadores» constituída em «exército de reserva», população que «vegeta penosamente mendigando e roubando» nos momentos de crise e que, em períodos de grande actividade, são chamados a produzir o que o mercado reclama. Esta «população excedentária» forma a grande massa dos pobres e contra ela, a sociedade comete um «crime social»¹⁶. O «estado de abandono e de opressão» a que se encontra votada faz desta «classe mais pobre» terreno fácil para as mais diversas doenças e perversões, consequência do embrutecimento provocado pela divisão do trabalho.

Nesta situação de «escravatura em que a burguesia prendeu o proletariado» é generalizada a «guerra de todos contra todos». Cada um procura explorar ao máximo o outro, apropriando-se das vantagens que favorecem a sua posição e a sua luta. Além disso, segundo F. Engels, «os defeitos dos operários reduzem-se ao desregramento na procura do prazer, à falta de previdência e à recusa de se submeterem à ordem social e, de um modo geral, à incapacidade de sacrificarem o prazer do momento a uma vantagem mais longínqua»¹⁷. As condições da vida rural não são melhores nem as atitudes se revelam diferentes. Também aí a pobreza e a miséria estão bem radicadas e resultam da concorrência baseada no parcelamento das terras. Se na indústria predomina o capital sobre o trabalho, no mundo rural a posse da propriedade faz apagar os demais privilégios.

¹⁵ F. ENGELS, *O.c.*, pp. 111, 112, 116, 118 e 121.

¹⁶ F. ENGELS, *O.c.*, pp. pp. 123, 124, 138, 140, 155, 167. Flora Tristan estuda, como K. Marx e F. Engels, a situação da classe operária durante a revolução industrial e afirma que a mulher é a «proletária do proletário», duplamente explorada, no trabalho e no lar. Flora Trislán, *Nécessité de Faire un Bon Accueil aux Femmes Étrangères*, Paris, Harmattan, 1988; *Promenades dans Londres: ou l'Aristocratie et les Prolétaires Anglais*, Paris, Découverte, 1978; *Union Ouvrière: Lettres*, Paris, Des Femmes, 1986.

¹⁷ F. ENGELS, *O.c.*, pp. 180, 187, 242, 351, 359 e 363.

II

Duas perspectivas antagónicas se confrontam, no século passado, na análise da pobreza e da miséria: a liberal e a socialista.

De acordo com a lese liberal, a miséria é a condição necessária da riqueza. As *poor laws*, importantes tanto para o socorro dos pobres como para a segurança dos ricos, implementando formas de beneficiência, contribuem para estimular uma população excedentária cuja concorrência provoca a pobreza. Tal é a lese sustentada por Thomas Robert Malthus e J. Townsend. Idêntica, entre outros, é a visão de Adam Smith. O crescimento da população e a sua manutenção na existência são, para este economista, uma função da riqueza e sobretudo do estado de desenvolvimento de um país. Em seu entender, «os salários pagos aos jornaleiros e servos de qualquer espécie têm de ser tais que, em média, lhes permitam perpetuar a raça dos jornaleiros e dos servos a um ritmo crescente, decrescente ou estacionário, consoante a procura da sociedade o exige em cada momento». O trabalho é reduzido a uma mera mercadoria. Com efeito, «é a procura de trabalhadores, tal como a de qualquer outro bem, que necessariamente regula a produção de trabalhadores; estimula-a quando ela se mostra insuficiente, redú-la quando se processa com demasiada rapidez. E essa procura que regula e determina o ritmo de expansão da população em todos os países do mundo»¹⁸. Antes de Thomas Robert Malthus, enuncia-se assim a teoria de que os seres vivos não podem reproduzir-se e multiplicar-se para além dos meios de subsistência disponíveis. Quando tal equilíbrio se rompe, opera-se naturalmente a adequação da população aos recursos existentes. O homem é, na verdade, considerado unicamente em função das necessidades do mercado, sem dignidade própria e autonomia.

Reconhece-se que as situações dos dadores de trabalho e dos operários diferem entre si. Segundo Adam Smith, «os patrões podem resistir por muito mais tempo. Um proprietário, um rendeiro, um dono de uma fabrica, ou um comerciante, poderiam normalmente subsistir um ou dois anos sem empregar um único trabalhador, com base no pecúlio previamente acumulado. Muitos trabalhadores não conseguiriam subsistir uma semana, poucos subsistiriam um mês, e praticamente nenhum sobreviria um ano sem emprego»¹⁹. Sendo necessários uns aos outros, a sua condição é, no entanto, diversa. Tal diferença é apresen-

¹⁸ ADAM SMITH, *RIQUEZA das Nações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, vol. I. pp. 181, 197, 198 e 199.

¹⁹ ADAM SMITH, *O. c.*, pp. 177, 196 e 197.

tada, de forma ainda mais nítida, em meados do século passado, por Alexis de Tocqueville. Segundo este autor, enquanto os ricos podem viver sem se arruinar durante longo tempo, os operários são obrigados a «trabalhar todos os dias para não morrer; porque eles não têm quase outra propriedade a não ser a dos seus braços. A opressão empobreceu-os desde há muito tempo e são mais fáceis de oprimir à medida que se tornam pobres. É um círculo vicioso de que não poderão de modo algum sair»²⁰. As grilhetas da miséria enleam, durante a revolução industrial, a vida de largas camadas da população. Disso se dão bem conta os próprios autores liberais.

Não passam igualmente despercebidos a Adam Smith os padrões diferenciados de conduta das classes sociais em relação à própria dimensão da família. Observa, de facto, que «a pobreza, embora constitua um entrave ao casamento, nem sempre o impede. E parece mesmo ser favorável à procriação. Uma mulher das Terras Alias, meia morta de fome, dá frequentemente à luz mais de vinte filhos, enquanto uma senhora fina, regalada de mimos, é muitas vezes incapaz de conceber um só, e dois ou três deixam-na em geral exausta. A esterilidade, tão frequente entre as mulheres elegantes, é muito rara entre as de posição inferior. O luxo, embora talvez inflame a paixão do prazer, parece sempre enfraquecer e frequentemente destruir completamente no belo sexo os poderes de procriação»²¹. Este economista parece intuir as teorias dietéticas com que depois se ensaiará a explicação da fecundidade diferenciada das diversas camadas sociais. Tal tese é retomada 50 anos mais tarde por A. Doubleday, anti-malthusiano que defende que o estado *depletório*, ou carência de alimentos adequados, faz aumentar a fertilidade, enquanto o estado *pletório*, ou abundância de alimentos particularmente ricos em proteínas, a faz diminuir, e mais recentemente desenvolvida por Josué de Castro.

Defende-se, no entanto, na economia clássica, que os trabalhadores devem poder viver da sua actividade. Reconhece-se que o salário tem de ser suficiente para permitir a reprodução da força laboral necessária à indústria. E se os níveis salariais não dependem do «volume da riqueza nacional», mas do seu «contínuo acréscimo», então, «não é nos países mais ricos, mas nos mais florescentes, ou naqueles cuja riqueza cresce mais rapidamente, que os salários do tra-

²⁰ ALEXIS DE TOCQUEVILLE, *De la Démocratie en Amérique*, Paris, Flammarion, 1981, Tomo II, p. 237.

²¹ ADAM SMITH. O. c., Vol. I, pp. 196 e 197; THOMAS A. DOUBLEDAY, *The True Law of Population Shown to be Connected with the Food of the People*, London, Smith Elder, 1841; JOSUÉ DE CASTRO, *O Livro Negro da Fome*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1960; e *Ensaio de Biologia Social*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1959.

balho são mais elevados». O crescimento da população aparece como indicador da prosperidade de uma sociedade, porém, «a parca subsistência dos trabalhadores pobres é o indício natural de que as coisas estão estagnadas e a sua devastação pela fome e pela miséria mostra que se está em rápido retrocesso». Em seu entender, com o progresso e a criação de riqueza, «a situação dos trabalhadores pobres, a maior parte da população, apresenta-se mais feliz e mais agradável. É dura no Estado estacionário, e miserável no de declínio. O Estado em progresso é, realmente, o que maior felicidade e alegria traz a todas as classes da sociedade. O Estado estacionário é insípido; o de declínio, melancólico»²². Existe, na perspectiva da economia clássica, uma estreita relação entre o acréscimo da riqueza e a suficiência de bens da população.

Imersos em plena revolução industrial, estes autores oferecem uma visão otimista do processo em curso. Sustentam que o conforto tem aumentado entre os operários, no decurso do último século. Adam Smith faz-se eco da «queixa habitual de que o luxo se estende mesmo às camadas mais ínfimas do povo». A distribuição da riqueza aparece, inclusivamente, como exigência de justiça e de equidade. Segundo ele, «os criados, os trabalhadores agrícolas e os operários de diferentes tipos, constituem de longe a maioria em qualquer sociedade política. E o que melhora as condições de vida da maior parte nunca pode ser considerado prejudicial ao todo. Nenhuma sociedade pode certamente ser florescente e feliz, se a maior parte dos seus membros for pobre e desgraçada. Além disso, não é mais do que simples equidade que aqueles que alimentam, vestem e proporcionam habitação a todo o conjunto de pessoas, desfrutem de uma parcela do produto do seu trabalho que lhes baste para que andem eles próprios sofrivelmente bem alimentados, vestidos e abrigados»²³. A «remuneração liberal do trabalho», na época, parece ter permitido a subida do nível de vida dos trabalhadores.

Sustenta-se ainda que o «homem tem não só de viver da sua actividade, mas de viver de forma adequada às qualificações que ela exige»²⁴. Considera-se a educação como um investimento da sociedade e vê-se na divisão do trabalho o segredo da produtividade. É a divisão do trabalho e a sua qualificação que geram riqueza. Mais tarde, Karl

²² ADAM SMITH, *O. C.*, Vol. I, pp. 179, 182, 183, 185, 188, 198 e 200. «As subidas e descidas dos lucros do capital dependem das mesmas causas que determinam os aumentos e as diminuições dos salários do trabalho: o estado de prosperidade ou decadência da riqueza da sociedade». *O. c.*, p. 211.

²³ ADAM SMITH, *O. c.*, Vol. I, pp. 188, 195 e 196.

²⁴ ADAM SMITH, *O. c.*, Vol. I, p. 253.

Marx prevê que «o maior desenvolvimento possível das diversas aptidões do trabalhador» tornar-se-á «uma lei da produção moderna»²⁵. Tal perspectiva aponta para a valorização máxima do capital humano.

A melhoria das condições existenciais do proletariado associa-se, aliás, aos valores burgueses de liberdade e de produtividade. Não se trata, de facto, apenas de uma maior humanização da sociedade, tirando-se a dureza à vida. Constatam-se antes, através da experiência das épocas e das nações, que «é mais barato o trabalho realizado por homens livres que o executado por escravos»²⁶. A ideia de liberdade e a procura de uma produtividade sempre mais acrescida animam a revolução industrial e a criação da sociedade burguesa. Surge também aqui a convicção de que o dinheiro gera dinheiro. Segundo Adam Smith, «uma vez obtido algum, ainda que pouco, torna-se normalmente fácil obter mais. A grande dificuldade está em arranjar aquele pouco»²⁷. As populações mergulhadas na necessidade não têm capacidade para poupar o mínimo que lhes permita aspirar a uma vida melhor, dada a sua propensão ao consumo. A lógica da sociedade capitalista regula não só o crescimento económico como a reprodução social.

A visão optimista acentua-se mais ainda, em meados do século XIX, na obra de Alexis de Tocqueville. Este aristocrata francês, embora reconheça o «estado de dependência e de miséria» em que caíram os operários, constata um afrouxamento geral das hierarquias sociais, com o abaixamento dos «grandes» e a elevação dos «pequenos». Afirma que «a subida lenta e progressiva dos salários é uma das leis gerais que regem as sociedades democráticas. À medida que as condições se tornam mais iguais, os salários sobem e, à medida que os salários são mais altos, as condições tornam-se mais iguais»²⁸. Teórico da sociedade massa, em vias de formação no século passado, Alexis de Tocqueville considera o processo de nivelamento social como uma saída da pobreza de largas camadas da população.

A perspectiva marxiana, que vê na pobreza uma situação de exploração criada pelo capitalismo, contraria aberta e directamente o liberalismo. Para Karl Marx «se o monge veneziano (G. Ortes) encontra na fatalidade económica da miséria a razão de ser da caridade cristã, do celibato, dos mosteiros, conventos, etc, o reverendo prebendado (J. Townsend) encontra aí, ao contrário, um pretexto para conde-

²⁵ KARL MARX. *Le Capital*, Liv. I, Tomo II, p. 166. «Um homem não é pobre porque não tem nada, mas porque não trabalha». Montesquieu, *De L'Esprit des Lois*, Paris, Garnier-Flammarion, 1979, Vol. 2. p. 134.

²⁶ ADAM SMITH, *O. c.*, Vol. I, pp. 199 e 200.

²⁷ ADAM SMITH, *O. c.*, Vol. I, p. 221.

²⁸ ALEXIS DE TOCQUEVILLE, *O. C.*, pp. 235, 236 E 237.

nar as *poor laws*, as leis inglesas que dão aos pobres o direito à ajuda da paróquia»²⁹. A pobreza, na perspectiva marxiana, também não se resolve pelo caritativismo, praticado pelo liberalismo ou pela Igreja, enquanto instrumento susceptível de corrigir as disfunções do funcionamento do capitalismo. Uma única via está aberta: a transformação da sociedade por meios revolucionários, de forma a alterar as estruturas sociais que produzem a pobreza. Se a estrutura social é injusta, há que alterá-la radicalmente.

Numa situação intermédia, situa-se a doutrina social da Igreja. Em contexto liberal, surge, em 1891, a *Rerum Novarum*. Denunciando a «miséria imerecida» dos trabalhadores e o estendal de pobreza em que então viviam na Europa, a Igreja não deixa de respirar a atmosfera utilitarista. A felicidade que aquela encontrava na beatitude eterna, via-a o utilitarismo no bem-estar público. E se ao liberalismo era essencial a distinção entre público e privado, para salvaguardar simultaneamente os direitos civis e os direitos de propriedade, à Igreja também não era alheia a necessidade de conciliar o individualismo com o seu carácter comunitário. Este carácter comunitário, tão peculiar à igreja primitiva, foi perdendo a sua força através dos tempos. Para S. Tomás de Aquino, a *perfecta beatitudo*, em que consiste a visão de Deus, não exige a presença de amigos, ao contrário do que outros, antes dele, pensavam: *non requiritur societas amicorum de necessitate ad beatitudinem: quia homo habet totam plenitudinem suae perfectionis in Deo*³⁰. Esta ideia é valorizada e potenciada, no séc. XVI, pelo protestantismo, dando origem, de acordo com a análise weberiana, ao espírito do capitalismo. O carácter relacional do homem, criado a imagem da natureza relacional de um Deus Trino, foi-se perdendo

²⁹ KARL. MARX. *Le Capitai*, Liv. I, Tomo III, pp. 89 e 90; F. ENGELS. *O. C.*, p. 374.

³⁰ LEÃO XIII, *Rerum Novarum*, in *Le Discours Social de L'Église Catholique*, Paris, Le Centurion, 1984, p. 31; S. TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologica*, I-II, q. III, a. 1, a. 6, a.7, a.8; q. IV, a. 8. A distinção introduzida por Aristóteles entre justiça comutativa e justiça distributiva—a primeira tendo por objecto a rectidão das transacções privadas, a segunda, entendida como «o que faz subsistir a cidade» — é retomada na Idade Média por S. Tomás de Aquino que junta a tal distinção a justiça geral ou legal. Começa a ser dada uma importância crescente à justiça comutativa, em detrimento da justiça distributiva, e esta deformação talvez se deva ao modo como o texto tomista concebe a ordenação do todo. Sendo este hipostasiado, com a atribuição ao todo do que era obrigação de cada um, dos desvios introduzidos na concepção da justiça, surgirão orientações opostas. Uma irá conduzir ao individualismo-liberalismo, a outra ao socialismo-colectivismo, em ambos os casos com desfiguração do corpo social. A este propósito, veja-se: ARISTÓTELES, *L'Éthique à Nicomaque*, Paris, Éd. Béatrice-Nauwelaerts, 1958, pp. 120-138; c S. TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologica*, II-II, q. LVIII. a. 7, ad I; II-II, q. LXI, a. 1.

na rede dos egoísmos que a sociedade burguesa tanto promoveu. A consequência deste desenvolvimento espúrio manifesta-se, entre outras expressões, na espiritualidade promovida pela pregação junto do povo em finais do século passado e na primeira metade do século XX. As cruces de madeira adossadas às paredes laterais de muitas igrejas, com a inscrição «salva a tua alma», são um testemunho claro de uma tal mentalidade e orientação. Não só se havia atomizado o homem, como ainda se tinha reduzido este, em algumas correntes de pregação, à sua alma. Ora salvar a alma, não é a mesma coisa que salvar o homem.

Nessa época, para a Igreja, «a pobreza não é um opróbrio». Recomenda-se como necessária «a todos a paciência»³¹, paciência que nem todos conseguem entender quando a dignidade humana é ultrajada e violados são os direitos humanos. O que se preconiza, é a introdução de reformas que humanizem o capitalismo no seu desejo incontido de lucro. As mobilizações populares em ordem a debelar esse estado calamitoso de pobreza são aconselhadas desde que contidas dentro de certos limites.

A advertência «pobres, sempre os tereis convosco» (João, 12, 8) poderá ter actuado de forma perversa, em algumas mentalidades, como amortecedor da denúncia e do empenhamento a favor dos pobres. Mas, em tempos mais recentes, a Igreja, associando estreitamente justiça e solidariedade, vem conhecendo uma acrescida sensibilidade em relação às novas formas de marginalização³². Encontra, nomeadamente no processo de urbanização, ameaças de solidão e de proletarização, com a criação de zonas em que as pessoas, discriminadas, se encontram entregues à indiferença geral, sob outras modalidades de exploração e de dominação.

³¹ LEÃO XIII, *Rerum Novarum*, O. c., 43; Pio XI, *Dívini Redemptoris*, O. c., p. 207. Chamando a atenção para as «susceptibilidades conservadoras da Igreja», permitindo a «perpetuação indefinida da ordem social existente», Ralph Miliband afirma que a tradição caritativa das Igrejas «não é absolutamente «disfuncional» e «não-integradora». nem mesmo, excepto algumas excepções notáveis, foi esse o desejo da maioria dos movimentos reformistas de inspiração religiosa». Ralph Miliband, *O Estado na Sociedade Capitalista*, Rio de Janeiro, Zahar, 1972. pp. 247, 248 e 249. A recomendação da paciência, como atitude moderadora, nem sempre é bem entendida pelas diversas sensibilidades humanas. A razão é simples: situações há em que o silêncio é tradição. Certamente não se poderá ter paciência quando se é reduzido à condição de escravo e privado de dignidade ou, no longínquo Timor, se é massacrado às mãos de armas invasoras e criminosas. Paciência não será também possível quando alguns morrem de fome ao lado de outros que perecem por excesso de abundância, senda a miséria de uns a fartura de outros.

³² PAULO VI, *Octogésima Adveniens*, O. c., pp. 546, 547 e 549; *Justitia in Mundo*, O. c., pp. 579 e 583.

E verdade que a Igreja tem feito também a defesa de um Estado corporativo ³³, em situações em que os direitos dos pobres possam ser eventualmente mal acautelados. Não menos verdade é que a doutrina social da Igreja tem sido utilizada em defesa tanto de movimentos proletários como de partidos liberais. No primeiro caso, vai na defesa dos mais desprotegidos acorrentada, por vezes, a ideologias «erróneas». No segundo, serve os interesses constituídos, pondo não raro o discurso da justiça social ao serviço da defesa das riquezas. Não criticamos a orientação de certos partidos políticos. A política é o mundo da opinião. Constatamos somente a correlação e o tipo de argumentação usada. Mas se os eleitores, que se reclamam da doutrina social da Igreja, devem votar no partido liberal, não quer dizer que o partido liberal obedeça a doutrina social da Igreja.

Se, como nos mostra a história, nenhuma camada social abdica, livre e espontaneamente, dos seus privilégios em favor de uma outra, esta aliança da política e da religião conduz a algumas aporias. Por um lado existe antinomia e conflito entre a política e a moral. Kant afirma «representar bem uma *política moral*, isto é, um homem que concebe os princípios da política como conciliáveis com a moral, mas não um *moralista político* que fabrica uma moral em conformidade com interesses do homem de Estado». Ora, conciliando a política com a doutrina social da Igreja, os políticos tendem a transformar-se em moralistas políticos, fabricando uma moral adequada aos seus objectivos e construindo um discurso dissimulador. Por outro lado, propondo um Estado mínimo, estes políticos promovem uma moralidade que não traga «sacrifícios ao seu egoísmo»³⁴. Se o mal está no Estado, é à custa dele que devem ser assegurados os interesses individuais, a começar pelos próprios.

Atenta, de facto, a inclinação egoísta do homem, afirmando-se o primado da iniciativa privada, sem qualquer limite ou função social, concorre-se para a manutenção da situação constituída ou mesmo para reforçá-la. A injustiça tende a renascer e a perpetuar-se, se instituições justas não a impedirem.

Na óptica em que aqui nos situamos, da análise política da pobreza, esta questão reveste-se de particular importância, na medida em que revela as mentalidades, as condutas e as instituições no processo de manutenção ou de correcção das estruturas injustas.

³³ PIO XI, *Quadragesimo Anno*, O. c., pp. 120-126.

³⁴ E. KANT, *Project de Paix Perpétuelle*. Paris, J. Vrin, 1947, pp. 56, 59, 66, 67, 72, 74 e 89; ANTÓNIO TEIXEIRA FERNANDES, *Os Fenómenos Políticos*, Porto, Afrontamento, 1988, pp. 209-221.

III

Perante as duas posições antagónicas — a liberal e a socialista — importa saber quais os mecanismos por elas preconizados para pôr termo às situações de pobreza e de miséria.

A perspectiva liberal limita-se a propor soluções que remedeiem o problema. Se a miséria é condição da riqueza, não se pode erradicar a primeira sem pôr em causa a segunda. Sendo isso verdade, apenas resta o recurso à beneficência. Nem sequer é legítima a associação dos operários. São contrariadas todas as formas de aproximação entre os homens que se oponham à concepção individualista da sociedade. Adam Smith refere a associação entre os operários e o entendimento entre os patrões. Em seu entender, os salários «dependem, por toda a parte, de contrato habitualmente celebrado entre duas partes, cujos interesses não são de modo algum idênticos». Os operários «estão dispostos a associar-se a fim de fazerem subir os salários do trabalho»; os patrões, «a fim de os obrigar a descer». Estes levam a melhor sobre os trabalhadores, porque, «os patrões, sendo em menor número, tem muita maior facilidade em associar-se, além disso, a lei autoriza ou, pelo menos, não proíbe as suas coligações, enquanto proíbe a dos trabalhadores»³⁵. Por outro lado, o entendimento entre os empresários é secreto, enquanto as coligações operárias tomam sempre forma pública e frequentemente tumultuosa. Os poderes públicos, em nome da defesa da ordem estabelecida, não toleravam qualquer tipo de sublevação ou luta em prol dos trabalhadores pobres. Quer, portanto, por conclusão patronal, quer por acção governamental, frequentemente as esperanças operárias de elevação das suas condições de vida são sufocadas.

Em meados do século passado, Alexis de Tocqueville nota, no entanto, uma mudança profunda em curso de realização. Pensa que «o operário concebe uma ideia mais elevada dos seus direitos, do seu futuro, de si mesmo» com novas necessidades e outros desejos e ambições. A passividade e a resignação parecem ter sido superadas. Esta actividade resulta da sua maior autonomia. Os operários, «à medida que são mais independentes, podem mais facilmente obter a subida dos salários». A sociedade adquire, desde então, um outro dinamismo. Quando, de facto, «o maior número abre, sem cessar, novos caminhos para a fortuna», é difícil conservar imóvel a sociedade e «fazer que alguns suportem em paz as suas necessidades e os seus desejos». O proletariado tinha, porém, adquirido «hábitos de corpo e de espírito que os tomam impróprios para qualquer outro trabalho». Porque não

³⁵ ADAM SMITH. *O. c.*, pp. 176, 177 e 78.

dispõem de formação conveniente, «estão quase à mercê do seu senhor» e, em situações de concorrência ou em outras circunstâncias apropriadas, isso pode conduzir à restrição dos salários³⁶. Mesmo com outra consciência de si e com uma capacidade fortalecida de mobilização, a classe operária não encontra na sociedade europeia da época muitas alternativas para a sua vida.

Mas enquanto Alexis de Tocqueville afirma que, com a igualização das condições sociais, «tanto a pobreza como a riqueza deixam de ser hereditárias», alguns anos mais tarde, E. Durkheim sustenta que «a propriedade individual é a condição material do culto do indivíduo» e preconiza que não seja transmitida «fora de toda a capacidade social». Com o trânsito da sociedade à solidariedade «orgânica», a divisão do trabalho impunha outras formas de apropriação dos níveis de posse económica. Se as pessoas não possuem iguais oportunidades de vida, «a herança da riqueza implica, como contrapartida, a herança da miséria». O sociólogo francês defende que «é necessário melhorar a sorte das classes trabalhadoras, a fim de que, aproveitando da organização social, a respeitem sem que seja necessário impô-la» e, para isso, importa «aproximar as duas classes»³⁷. Consideram-se, no novo tipo de sociedade, os «ensejos de vida» e as capacidades oferecidas pela divisão do trabalho do mesmo modo que são relevadas por Max Weber as «habilidades vendáveis», na explicação da diferenciação social, habilidades que se tornam sinal de uma progressiva relativização da propriedade com o papel que desempenhava tradicionalmente.

Bem recentemente, John Rawls assume uma posição relativamente idêntica à de E. Durkheim, ao propor-se elaborar uma teoria da justiça adequada a uma democracia constitucional, razão por que nos parece importante intercalar aqui a sua abordagem. O princípio da diferença, que integra essa teoria, impede a constituição de uma sociedade meritocrática, com a conservação das injustiças por intermédio da herança patrimonial. Será injusto, segundo esta teoria, fazer da contingência o meio apropriado à repartição dos níveis de posse. O que há que promover é a cooperação social, na base de uma estrutura justa da sociedade. Se os talentos inatos e a herança não são merecidos, as desigualdades daí resultantes são moralmente arbitrarias e injustas. É o problema da justiça entre as gerações que aqui está em causa. O que a natureza não fez ou não soube realizar, deve ser conseguido pela

³⁶ ALEXIS DE TOCQUEVILLE, *O. c.*, Tomo II, pp. 235, 236 e 237; ANDRÉ GORZ, *Adieux au Proletariat*, Paris, Éditions Galilée, 1981, p. 29.

³⁷ ALEXIS DE TOCQUEVILLE, *O. c.*, Tomo II, p. 235; É. DURKHEIM, *Leçons de Sociologie*, Paris, PUF, 1969, p. 199; *De la Division du Travail Social*, Paris, PUF, 1967, pp. XXXIV-XXXV; *Le Socialisme*, Paris, PUF, 1971, pp. 194, 196 e 242.

sociedade. A esta compete restabelecer a igualdade, invertendo as tendências contrárias à justiça social e tornando compatíveis a liberdade e a igualdade. Não se deixa de reconhecer que os homens são governados por interesses diferentes. Mas, se se constata que eles são, de facto, natural e socialmente desiguais, afirma-se, no entanto, que nem a aristocracia dos talentos nem os níveis mais elevados de poder e de riqueza herdados podem constituir critérios de justiça. Não se podem justificar as estruturas sociais com base em desigualdades aleatórias, porque, oferecendo um ponto de partida mais favorável, contrariam o princípio da igualdade de oportunidades.

Procurando discernir as crenças e as opiniões difusas nas actuais sociedades democráticas ocidentais, John Rawls pretende fornecer um fundamento de justiça à social-democracia, em oposição tanto ao liberalismo como ao socialismo. A concepção social que lhe está subjacente é a de uma sociedade democrática parlamentar, em que existe a cooperação e a reciprocidade, atravessada simultaneamente por uma identidade e um conflito de interesses. Se enfoca a sociedade como uma empresa de cooperação, o conflito, ainda que dimensão social relevante, aparece como secundário. A exemplo do que se verifica em E. Durkheim, não se advoga uma mudança estrutural rápida, apenas se propõe a introdução de reformas que conduzam a sociedade, por fases sucessivas, para estados mais elevados de justiça. O importante consiste em conciliar os projectos pessoais e os colectivos. Para uma conveniente conciliação destes projectos, «a justiça é a primeira virtude das instituições sociais»³⁸. Requer-se a existência de instituições que promovam a distribuição das riquezas e sobretudo impeçam a sua excessiva concentração. As principais instituições sociais têm que assegurar a todos uma justa igualdade de oportunidades e uma efectiva realização da justiça.

Nesta sociedade bem ordenada, consensual e dominada por um princípio de justiça como equidade, desenvolve-se um esforço permanente no sentido da erradicação das diversas injustiças que nela, por acção de interesses individuais, tendem continuamente a aparecer. As desigualdades, em que se traduzem essas injustiças, são objecto de uma constante vontade de reformas. Tais são as bases de uma política social intervencionista, que a sociologia da pobreza não pode ignorar,

³⁸ JOHN RAWLS, *Théorie de la Justice*, Paris, Seuil, 1987, pp. 29, 131, 132, 161, 330, 564 e 570; A. Touraine, *Sociologie de l'Action*, Paris, Seuil, 1965, pp. 223-245; PAUL-HENRY CHOMBART DE LAUWE, *La Culture et le Pouvoir*, Paris, Harmattan, 1983, pp. 291-303 e 311-349; E. KANT, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Coimbra, Atlântida, 1960.

ainda que se trate de uma questão normativa. Tal é o motivo que justifica este já longo excurso.

Radicalmente diferente é a visão marxiana, posição antagónica ao liberalismo. F. Engels, analisando a situação da classe trabalhadora, sustenta que esta tem que se associar na luta contra a burguesia, enquanto preço pela sua libertação. Este autor afirma que a revolução industrial na Inglaterra, tirando aos operários toda a sua independência, «incitou-os a pensar e a exigir o seu lugar de homens», do mesmo modo que o havia produzido a política em França. Se o processo de proletarização causara uma situação sem saída, «a partir de agora e pela primeira vez, o proletariado começa a ser capaz de empreender um movimento independente». Nas crises económicas se encontra «a mais poderosa alavanca de qualquer revolução autónoma do proletariado». E «a guerra dos pobres contra os ricos que se desenrola presentemente de uma maneira esporádica e indirecta, tornar-se-á directa e universal» e, além disso, «a mais sangrenta que jamais existiu»³⁹. A mobilização dos próprios operários é apresentada como a condição necessária para a libertação do estado de miséria em que se encontram. Tal mobilização não é, no entanto, possível sem um mínimo de organização e a prévia transformação do proletariado de classe «em si» em classe «para si».

Denunciando a «concorrência que fazem os operários entre si», ao verem transformada a sua «dignidade pessoal em simples valor de troca», e o lançamento, por parte da burguesia, dos «fervores sagrados do êxtase religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimento pequeno burguês, nas águas geladas do cálculo egoísta», Karl Marx e F. Engels propõem não só a «abolição da herança», como ainda «a abolição da propriedade privada», enquanto «propriedade burguesa». Ao individualismo egoísta contrapõem a solidariedade personalizada, e ao isolamento a cooperação, de forma a superar a sociedade existente e a promover «uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos»⁴⁰. Não sendo mais compatível a dominação da burguesia com a existência da sociedade, à classe trabalhadora só resta a via da associação e de luta pela melhoria das suas condições de vida, subvertendo a ordem constituída.

Será necessário, para isso, que os operários terminem a concorrência entre si. Não era na fábrica que a dignidade dos trabalhadores

³⁹ F. ENGELS, *O. C.*, pp. 18, 33, 34, 389 e 391.

⁴⁰ KARL MARX e F. ENGELS, *Manifeste du Parti Communiste*, pp. 33, 41, 46, 51, 55, 68 e 70.

era mais ofendida. Segundo Karl Marx, «na indústria a domicílio, esta exploração torna-se mais escandalosa ainda do que na manufactura, porque a capacidade de resistência dos trabalhadores diminui na razão directa da sua dispersão e porque todo um bando de vorazes parasitas se introduz entre o empresário e o operário». É aqui que «a concorrência entre trabalhadores atinge necessariamente o seu máximo»⁴¹. Mas a exploração mostrou-se desenfreada nos próprios estabelecimentos fabris, cuja produtividade está sujeita ao princípio do máximo lucro. A sociedade europeia assistia a uma profunda mudança do seu sistema de produção. Após uma relativa «liberdade» no trabalho e sobretudo após a era em que o trabalhador desenvolvia uma actividade que lhe permitia confeccionar os produtos na sua totalidade, surgem os sistemas produtivos doméstico e fabril. Opera-se o «parcelamento» no mundo labora), um mais apertado controlo, com a conseqüente perda de liberdade, e com a concentração operária, e degradam-se as condições de habitação e de vida. Por sua vez, a concorrência deixa largas camadas da população indefesas e sujeitas ao arbitrário dos dadores de trabalho, eles próprios a braços frequentemente com crises de superprodução. A miséria e a pobreza são uma função destas situações cíclicas de recessão e de crescimento. Nestas circunstancias, o processo de libertação está estreitamente ligado à quebra daquela concorrência e isolamento, e à promoção do associativismo operário. São a união e a associação dos trabalhadores que conduzem ao fim da exploração, favorecida pelo isolamento, e à liberdade no trabalho. Com a associação, a actividade laborai tenderá a ser mais livre e, com o desenvolvimento das forças produtivas, a sociedade avançará para uma forma idílica, como a que é idealizada por Karl Marx ⁴². Só que esta utopia jamais se veio a realizar. A industrialização rompeu a unidade do trabalho e da vida, adquirindo aquele uma função meramente instrumental. A satisfação no consumo passou a compensar a perda de liberdade no trabalho. Foram sobretudo as sociedades socialistas de Leste, e não as sociedades capitalistas ocidentais, que vieram a conhecer a maior instrumentalização do operário e do trabalho e o mais acentuado subdesenvolvimento.

⁴¹ KARL. MARX, *Le Capital*, Liv. I, Tomo II, PP- 142 e 154.

⁴² «Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de actividade exclusiva, é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear à noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isto a meu bel-prazer, sem por isso me tomar exclusivamente caçador, pescador ou crítico». KARL MARX e F. ENGELS, *A Ideologia Alemã*, I, Lisboa, Editorial Presença, 1976. p. 41.

IV

Através da história, a pobreza foi considerada como uma realidade inseparável da condição humana. O infortúnio era entendido nas sociedades tradicionais como uma falta abscôndita. Segundo Max Weber, «o que era afligido de maneira crónica pelo sofrimento, a tristeza, a doença ou outra infelicidade, era, de acordo com a natureza do sofrimento, ou possuído por um demónio ou atingido pela cólera de um Deus que se tinha ofendido»⁴³. Sempre que são desconhecidas as causas naturais dos fenómenos, em termos racionais, tende-se a recorrer a explicações sacrais. A narração bíblica mostra-nos este sentimento bem radicado na mentalidade popular corrente da época, na seguinte passagem: «Passando Jesus, viu um cego de nascença. E os discípulos perguntaram-lhe: «Rabbi, quem pecou, este ou os seus pais, para que nascesse cego?»» (João, 9, 1-2). Esta mentalidade conserva-se historicamente até data muito recente. O pequeno número, que, por circunstâncias várias, as quais não serão alheias a força e a fraude, possuía a riqueza e o bem-estar, estava sob a protecção de um desígnio insondável. O grande número dos pobres sujeitava-se ao seu próprio destino. Nas sociedades tradicionais, de inspiração cristã, a privação era sublimada. Se a resignação do pobre aparece como fundamento da ordem é porque, na expressão de Anatole France, «as promessas custam menos do que os presentes e valem muito mais. Nunca se dá tanto como quando se dão esperanças»⁴⁴. Em troca dessas esperanças, os pobres proporcionam aos ricos a sua abundância e aos tiranos o arrebatador do poder político.

Que a infelicidade individual possa ser atribuída a factores sociais e que seja possível a libertação de todos os males, como a doença e a pobreza, são ideais da modernidade que surgem tardiamente. Segundo Max Weber, o puritanismo «via em todo o pobre um perigoso ou um criminoso». Para o espírito do capitalismo, «desejar ser pobre — esta argumentação era frequente — equivale a desejar ser doente»⁴⁵. Comentando esta mentalidade da época, Anatole France observa que «o Estado repousava firmemente sobre duas grandes virtudes

⁴³ MAX WEBER, «Parenthèse théorique. Le refus religieux du monde, ses orientations et ses degrés», in *Archives de Sciences Sociales des Religions*, n.º 61, 1, 1986, pp. 7-34; JEAN-LOUIS GOGLIN, *Les Misérables dans l'Occident Médiéval*, Paris, Seuil, 1976; M. MOLLAT, *Les Pauvres au Moyen-Age*, Paris, Hachette, 1978.

⁴⁴ ANATOLE FRANCE, *L'Île des Pingouins*, Paris, Calmann-Lévy, 1946, p. 133.

⁴⁵ MAX WEBER, *Economia y Sociedad*, México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1964. II. p. 1054; *L'Éthique Protestante et l'Esprit du Capitalisme*, Paris. Plon, 1981, p. 219.

públicas: o respeito pelo rico e o desprezo do pobre». Nesta situação, «os pobres vivem do bem dos ricos; é por isso que este bem é sagrado»⁴⁶. Mas é sobretudo o século XIX que vê surgir a «questão social» sob a forma de pauperismo das massas trabalhadoras e de recusa da pobreza como inseparável da vida do homem. A pauperização torna-se então um fenómeno social que sobe à ribalta política e adquire uma particular força revolucionária. Um forte vento de libertação das cadeias da miséria e da aflição da pobreza varre o mundo ocidental, envolvido na tarefa enorme da revolução industrial. O progresso da sociedade passa pela revolta dos pobres, que se investem de missão messiânica e se convertem no grande poderio da terra.

O carácter trágico e desumanizante da pobreza e a sua ignomínia consistem em colocar «os homens sob as ordens absolutas do seu corpo, isto é, sob a autoridade absoluta da necessidade»⁴⁷. Ela é, desde então, incompatível com a dignidade e a liberdade humanas. É por isso que Karl Marx, reduzindo-a a uma mera exploração, operada pela classe dominante, recusa-a como necessidade natural e transforma-a em questão histórica e política. A liberdade devia nascer da libertação de toda a necessidade, isto é, da fuga à exploração e à opressão.

As revoluções que, nessa altura, mobilizam a força e o entusiasmo dos pobres norteiam-se pelo ideal da abundância. Sujeitos como estão ao constrangimento das necessidades primárias da vida, dificilmente aspiram à liberdade. A grande maioria da população via a sua condição como pauperismo e, conseqüente mente, como exploração. Apenas uma pequena minoria alentava contra a opressão e sentia o desejo de liberdade. Como afirma Hannah Arendt, «a abundância e o consumo infundáveis de produtos são o ideal que sonham os pobres; são a miragem no deserto da sua pobreza. Neste sentido, opulência e miséria não são mais do que as duas faces da mesma medalha; não é necessário que as cadeias da necessidade sejam de bronze, podem ser de seda». Em seu entender, «o desejo oculto dos pobres não é «a cada um segundo as suas necessidades», mas «a cada um segundo os seus desejos»⁴⁸. A libertação da pobreza, como tal, antecede a aspiração à liberdade. A democracia é, por isso, incompatível com a existência da necessidade. Se, na revolução, alguns são movidos pela liberdade e, portanto, também pela igualdade, o maior número aspira à felicidade e ao bem-estar público. É, por isso, que, apenas realizada a revolução,

⁴⁶ Anatole FRANCE, *O. C.*, pp. 53, 158 e 243. ⁴⁷ HANNAH ARENDT, *Essai sur la Révolution*, Paris, Gallimard, 1985, p. 83. ⁴⁸ HANNAH ARENDT, *O. C.*, pp. 201 e 202; ALEXIS DE TOCQUEVILLE, *L'Ancien Régime et la Révolution*, Paris. Idées/Gallimard, 1982, p. 209.

cedo desaparecem a ideia e o gosto da liberdade. Os pobres tendem, além disso, a converter a felicidade pública em felicidade privada. Apagado o entusiasmo da luta, restringe-se o seu horizonte.

O assistencialismo preconizado pelo liberalismo tinha como efeito directo e imediato a perpetuação das condições da pobreza e, conseqüente mente, a reprodução social, impedindo qualquer mobilização dos próprios pobres. Esse assistencialismo não oferecia como ideal a solidariedade. Não era mais do que uma compaixão pervertida. Tratava-se mais de uma compaixão da palavra do que de um gesto transformador. Aquela é dissimuladora, este destrói as distâncias e cria uma comunidade de interesses. Unicamente a solidariedade muda a sociedade, derrobando as profundas clivagens sociais.

A conversão da pobreza em questão política possibilita também o desencadeamento dos mecanismos conducentes à sua eliminação.

Embora Adam Smith considere o trabalho como fonte de toda a riqueza e não como condição inerente à miséria, é, sob o liberalismo, que ele mais corresponde à sua etimologia latina, *tripalium*, que significa instrumento de tortura. Trabalhar quer dizer torturar mediante a utilização de um instrumento adequado. O trabalho durante a epopeia industrial actuou como meio de pauperização crescente e, por isso, de tortura, colocado à mercê da burguesia. É daqui que nasce toda a problemática marxiana sobre a exploração e a alienação. Há também nestas circunstâncias que o *homem*, na sua significação de serventuário, de alguém que está dependente da vontade de outrem, como aparece recorrentemente na linguagem tradicional, mais se esvazia tios seus direitos e mais se converte na sua condição de escravo.

Reduzidos o homem à servidão e o trabalho à tortura, facilmente a associação e a acção colectivas se tornam exigência libertadora. Ao mesmo tempo que a monopolização das forças produtivas faz aumentar a exploração e a miséria, crescem a revolta da classe operária e a sua organização em defesa dos seus interesses. A procura da igualdade não se poderia obter pelo nascimento e a origem social, mas através da cidadania. E então que os *infelizes* se transformam em *poderio* e nasce a ideia de que devem ser os próprios miseráveis a quebrar as grilhetas que os prendem, e se desenvolve o esforço no sentido da solidariedade social. Segundo Hannah Arendt, «o levantamento dos pobres contra os ricos tem uma força de incitação maior do que a rebelião dos oprimidos contra os opressores»⁴⁹. A transformação da pobreza em questão política fá-la entrar na cena pública como força de mudança da sociedade.

⁴⁹ HANNAH ARENDT, *O. c.*, p.162; ALEXIS DE TOCQUEVILLE, *De la Démocratie en Amérique*, Tomo II, pp. 107-110.

Em tempos mais recentes, a pobreza, de problema da maioria, passou a ser uma questão de minoria. As sociedades industriais não vieram a conhecer a pauperização prevista por Karl Marx, mas assistiram a um emburguesamento progressivo das classes trabalhadoras, substituindo-se a revolta e a revolução pela mera reivindicação. Segundo Raymond Aron, «os progressos realizados pelas economias europeias, desde há 15 anos, — com referência à data em que escreve — reforçaram, por toda a parte, a tendência pragmática e enfraqueceram a tendência ideológica». Em seu entender, «os Estados Unidos estão em vias de descobrir o problema da pobreza, até mesmo da miséria, numa sociedade da opulência. O problema não é o da baixa geral do nível de vida, a despeito do desenvolvimento dos meios de produção. Não tem grande coisa em comum com o que se liga à noção marxista de pauperização»⁵⁰. A teoria da pauperização marxiana foi contrariada, de facto, pelo emburguesamento geral do proletariado ou de largas camadas deste proletariado. Tal emburguesamento traduz a integração progressiva da classe trabalhadora na sociedade. Segundo Jean Labbens, «é um verdadeiro abuso colocar os pobres entre as categorias operárias». Estas adquiriram novas espécies de capital, nomeadamente humano. O conceito de proletário usado no século passado não convém, por isso, mais à situação actual, pois «os operários mal pagos, explorados do século XIX, tornaram-se os trabalhadores relativamente providos da sociedade da abundância»⁵¹. Enquanto a maioria aproveita de um bem-estar geral, permanece, na verdade, uma «pequena minoria desorganizada» em estado de pobreza. Nos países ricos, segundo J. K. Galbraith, «existe uma ampla habituação à ideia de rendimento crescente», convertendo-se o pauperismo, no entender de Raymond Ledrut, no conjunto dos «sub-qualificados» separados da «massa operária»⁵². Tal parece ter sido o desenvolvimento operado nos últimos anos nas sociedades ocidentais. Embora muitos continuem nesta situação, os operários, enquanto tais, deixaram de pertencer verdadeiramente à categoria dos pobres.

⁵⁰ RAYMOND ARON, *La Lutte de CLASSES*, Paris, Idées/Gallimard, 1969, pp. 10, 11, 13, 14 e 15.

⁵¹ JEAN LABBENS, *Sociologie de la Pauvreté*, Paris, Idées/gallimard, 1978, pp. 60, 61, 63, 65, 66, 134, 140, 176, 177 e 306.

⁵² J. K. GALBRAITH, *L'Ère de l'Opulence*, Paris, Calmann-Lévy, 1968, pp. 300, 304 e 305; *Le Capitalisme Américain*, Paris, Éd. Génin, 1966, p. 40; *A Sociedade da Pobreza*, p. 65; RAYMOND LEDRUT, *Sociologie du Chômage*: Paris, PUF, 1966, pp. 65, 179, 274 e 511; OCDE, *Dépenses Publiques Affectées aux Programmes de Garantie de Ressources*. Paris, 1976.

Ainda que em número considerável e fonte de preocupação crescente, a pobreza tornou-se uma situação de minoria, embora em muitas regiões do mundo tomem forma e se agigantem as «novas pirâmides do Sacrifício»⁵³. As formas de pobreza dos nossos dias correspondem, porém, a outras tantas modalidades de falta de integração e implicam mecanismos idênticos de associação e de mobilização.

A passagem, de facto, da sociedade da privação à sociedade da abundância faz com que a pobreza apareça, para alguns autores, como algo relativamente residual, ainda que em volume considerável. Se o mundo ocidental se preocupa tanto com ela é porque contrasta com o bem-estar geral. O desaparecimento das «classes perigosas»⁵⁴ é acompanhado do despertar de um sentimento ético. Há uma difusa consciência de injustiça numa sociedade da abundância. Existe no homem uma tendência a compadecer-se dos necessitados.

Para além da redução numérica, opera-se nela uma mudança qualitativa, traduzida no facto da classe trabalhadora se ter libertado da situação de pobreza em que, no passado, se encontrava. Dera-se, entretanto, a passagem da explosão demográfica à revolução demográfica. Ao contrário do que defendia a economia clássica, a população tendia a relacionar-se com os estilos de vida e não com a subsistência disponível, acrescida com o desenvolvimento tecnológico. A natalidade adapta-se espontaneamente aos níveis de mortalidade que haviam decidido sensivelmente. Quer sob a forma de óptimo da população quer de transição demográfica, a teoria da população confronta-se com problemas diferentes dos vividos no século passado. Não se trata mais do aumento exagerado da população, mas do seu envelhecimento crescente⁵⁵. Por outro lado, as economias, por exigência de alar-

⁵³ P. L. BERGER, *Les Mystificateurs du Progrès. Vers de Nouvelles Pyramides du Sacrifice du Brésil à la Chine*, Paris. PUF, 1978; *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990*, publicado para o Banco Mundial pela Fundação Getúlio Vargas. 1990; ZYGMUNT BAUMAN, *Memories of Class. Essays in Pre-History and After-Life of Class*, London, Routledge e Regan Paul, 1982; FRANK PARKIN. *Marxism and Class Theory*, London. Tavistock, 1979; CLAUD OFFE, *Disorganised Capitalism. Contemporary Transformations of Work and Politics*, London, Polity Press, 1985; GUNNAR MYRDAL. *Beyond the Welfare State*, London, Duckworth. 1960; M. HARRINGTON, *The Other America*, New York. Pinguin Books, 1980.

⁵⁴ KARL MARX, *Le Capital*, Liv. I, Tomo III, p. 86; LOUIS CHEVALIER. *Classes Laborieuses et Classes Dangereuses*, Paris, Librairie Générale Française, 1978. Segundo André GORZ, a classe operária tradicional não é mais do que uma minoria privilegiada. «Ao contrário do proletariado de Marx, o neo-proletariado não se define mais pelo «seu» trabalho, e não pode ser definido pela sua posição no seio do processo de produção». O neo-proletariado não se sente "pertencer à classe operária nem a alguma classe». ANDRÉ GORZ, *Adieux au Proletariat*, pp. 106, 107, 108 e 111.

⁵⁵ J. MANUEL NAZARETH, *Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

gamento do mercado, fizeram aumentar a distribuição dos rendimentos e o crescimento dos consumos e integraram no seu sistema periferias cada vez mais envolventes. A questão da distinção entre ricos e pobres transfere-se para o nível das próprias sociedades. A maior oposição passa a ser a que se estabelece entre as economias de consumo generalizado e de alto nível de vida, e as economias de penúria e de estagnação. A clivagem de países pobres e países ricos é a mesma que separa subdesenvolvimento e desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, assiste-se ao crescimento zero da população e os problemas da pobreza e da miséria que neles se põem surgem mais como novas formas de pobreza, criadas por situações conjunturais do sistema produtivo.

Importará saber, de seguida, como, neste processo evolutivo, se manifesta actualmente a pobreza no nosso país.

Situado na semiperiferia do sistema económico internacional, Portugal apresenta um desenvolvimento intermédio. Tem-se assistido, por vezes, mais a um crescimento económico, com a pauperização relativa de largas camadas da população, nomeadamente no Interior de predominância agrícola, do que a um desenvolvimento social. Por outro lado, não deixam de se acentuar as clivagens entre as regiões, clivagens que apenas muito recentemente se tornaram objecto de preocupação política, tanto local como central. Nesta situação, os problemas da pobreza são vistos essencialmente como questões de desenvolvimento. Alguns autores têm, *cie facto*, encarado este fenómeno multidimensional na perspectiva da estrutura económica da sociedade. Ele resultará, então, essencialmente da organização sócio-económica, isto é, do modelo de crescimento económico que se adoptou, modelo marcado por forte determinismo, concebido como dotado de mecanismos capazes de erradicar, só por si, as desigualdades e a pobreza. Esta, na sua manifestação quer rural quer urbana, aparece como um fenómeno estrutural e não residual. Se «a pobreza rural anda associada a um certo estilo de crescimento económico que marginalizou a agricultura e sacrificou os agricultores», as novas formas de pobreza urbana aparecem como «subprodutos indesejáveis do processo de re-estruturação industrial por que passa o sistema capitalista contemporâneo»⁵⁶. As causas fundamentais são imputadas ao modelo de desenvolvimento adoptado e à política económica seguida.

⁵⁶ A. BRUTO DA COSTA e MANUELA SILVA, *A Pobreza em Portugal*, Lisboa, Coleção Cáritas, n.º 6, 1985, pp. 17, 34, 36, 44, 150, 153, 157, 189, 190, 192 e 194; MANUELA SILVA e A. BRUTO DA COSTA, *Pobreza Urbana em Portugal*, Lisboa, Coleção Cáritas, n.º 13, 1989, p. 47, Pierre Maclouf, *La Pauvreté dans le Monde Rural*, Paris, Harmattan. 1986.

Com base no modelo de desenvolvimento e na organização social existentes, estabelecem-se algumas correlações e procura-se traçar o perfil da pobreza. Esta análise sofre das limitações que «decorrem do seu enfoque estritamente económico»⁵⁷, mas relaciona variáveis que são essenciais à compreensão do fenómeno.

Estando a pobreza associada à situação económico-social global, aparece consequentemente ligada à fome ou a uma deficiente alimentação, ao tipo de habitação e ao conjunto dos seus equipamentos, ao nível de instrução e de qualificação profissional, ao grau de integração no sistema produtivo, ao rendimento auferido, à saúde, à idade e à dimensão do agregado familiar. Como resultado da conjugação destas diversas variáveis, os pobres em Portugal estão numa situação de desemprego ou de precaridade face ao trabalho, em ocupações marginais e ocasionais, em actividades penosas e fracamente remuneradas; são analfabetos ou possuem baixos níveis de instrução, o que os torna desqualificados e os exclui do mercado de trabalho, especialmente das tarefas que exigem formação específica; vivem tendencialmente em áreas degradadas e periféricas dos centros urbanos, em situação de marginalidade e de exclusão social, com habitações sub-alugadas e superpovoadas, privadas de salubridade e de conforto mínimo; são constituídos por famílias numerosas, frequentemente monoparentais, em estado endémico de fome ou de sub-alimentação ou com maus hábitos alimentares, a que se associam a falta de saúde e a ausência dos mais elementares cuidados de higiene; e, embora com relações sociais frequentemente fáceis, em contactos familiares e de vizinhança, com diversos núcleos de solidariedade à mistura com intensos conflitos e brigas, têm fraca ou nula participação social e política⁵⁸. A rua, o café

⁵⁷ A. BRUTO DA COSTA e MANUELA SILVA, *A Pobreza em Portugal*, pp. 18, 43, 50 e 67.

⁵⁸ MARIA JOÃO RODRIGUES, *O Sistema de Emprego em Portugal. Crise e Mutações*, Lisboa, Dom Quixote, 1988; MARIA FILOMENA MÓNICA, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença/GIS, 1978; MANUELA SILVA e BRUTO DA COSTA, *Pobreza Urbana em Portugal*; ANTÓNIO FONSECA FERREIRA, *Por uma Nova Política de Habitação*, Porto, Afrontamento, 1988; VÍCTOR MATIAS FERREIRA, *A Cidade de Lisboa: De Capitã! do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Dom Quixote, 1987; JORGE GASPAS, *Ocupação e Organização do Espaço. Retrospectiva e Tendências*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987; JORGE GASPAS, *Ocupação e Organização do Espaço. Uma Perspectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989; F. A. G. FERREIRA e M. E. GRAÇA, *Tabela de Composição dos Alimentos Portugueses*, Lisboa, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, 1963; MICHEL PINÇON, *Besoins et Habitus. Critique de la Notion de Besoin et Théorie de la Pratique*, Paris, Centre de Sociologie Urbaine, 1978; JOSÉ CUTILEIRO, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa, 1977; MANUEL CASTELLS, *La Question Urbaine*. Paris, Maspéro, 1981.

ou a taverna são o espaço normal do convívio, do relacionamento e do conflito, da manifestação de sociabilidade e da sua recusa. Estes são os critérios objectivos que a análise quantitativa utiliza preferentemente para a medição da pobreza. Dá-se menos importância à avaliação que as pessoas em causa fazem da sua própria situação. Aqueles critérios reduzem-se fundamentalmente aos rendimentos e aos consumos, ora privilegiando uns ora relevando outros. A pobreza, nesta perspectiva, é definida em termos de precaridade económica, como incapacidade de satisfação das necessidades básicas da existência, de acordo com o entendimento que delas se tem em cada sociedade.

De acordo com tais critérios, a pobreza tem forte implantação nas zonas rurais e afecta famílias que carecem de habitações qualitativamente aceitáveis, com baixo rendimento per capita, auferido do trabalho realizado em propriedades de dimensões reduzidas e em sistema de economia rudimentar e de subsistência. Nas zonas urbanas, resulta da falta de integração no sistema produtivo. Em todos os casos, há um insuficiente desenvolvimento das forças de produção, uma estrutura produtiva desequilibrada e não existe uma equitativa repartição da riqueza. Actua sempre o mesmo mecanismo de privação, expresso em indicadores de carência de vária ordem, imputável, no entanto, a situações estruturais diferenciadas. É a situação face ao emprego, improdutivo ou precário, que está na base da pobreza e do processo de pauperização. Tais grupos são mais afectados pelo empobrecimento ou a ele mostram-se mais vulneráveis.

Numa análise sociológica mais cuidada — embora na perspectiva acabada de referir entrem abordagens deste tipo e nesta se recorra também a outros campos disciplinares — são considerados sobretudo os modos de vida dos pobres e as categorias sociais mais atingidas. Com esta abordagem, pretende-se não só caracterizar, com maior rigor, a pobreza, como ainda mostrar a sua especificidade, tanto em relação ao passado como em relação aos países subdesenvolvidos. É ainda correlacionada com a actual crise do Estado-providência, tornado incapaz de minorar a situação de privação dos segmentos carenciados da população.

Para além de atender a factores explicativos da pobreza, como a insuficiência do desenvolvimento, a escassez dos rendimentos, a precaridade do emprego, o analfabetismo real ou funcional, o baixo nível de instrução e de qualificação profissional, a fraqueza do Estado-providência e as clivagens e diferenciações regionais, há sobretudo aqui uma preocupação de identificação social e de tipificação do fenómeno. As categorias sociais em situação de pobreza ou que em relação a ela revelam maior vulnerabilidade são as seguintes: pessoas idosas beneficiárias, caídas na pobreza ou herdeiras de um estado anterior de

pobreza; agricultores pequenos proprietários e rendeiros, com baixos rendimentos e em regime de auto-suficiência; operários com ligações muito frágeis ao trabalho, com salários insuficientes e falta de escolarização e de qualificação profissional; trabalhadores em estado de precariedade inseridos na economia informal e paralela; minorias étnicas, principalmente oriundos das ex-colónias portuguesas; desempregados e jovens pouco qualificados à procura do primeiro emprego⁵⁹. Trata-se de uma caracterização qualitativa dos agrupamentos atingidos pela pobreza em Portugal.

São igualmente tipificados os modos de vida e as diversas maneiras de se sentir pobre, distribuídos pelos seguintes tipos: miséria, enquanto expressão extrema de pobreza, dotada de grande visibilidade e privada de estratégias de vida: restrição, em pessoas sujeitas a empregos instáveis em luta pela sobrevivência quotidiana; imigrados com uma «dupla referência», à sociedade de origem e à de acolhimento; «modo de vida de poupança», no caso de famílias rurais voltadas para a sua própria sobrevivência; convivencialidade própria do sub-proletariado urbano, em que existe o desenvolvimento do prazer de convívio centrado sobre o presente; e investimento na mobilidade social, oferecendo aos filhos uma escolarização o mais prolongada possível, com o objectivo de aquisição de um *status* social mais elevado. Trata-se da maneira como os pobres encaram a sua situação e desenvolvem as estratégias conducentes à perpetuação ou à superação da pobreza. Os dois grandes conjuntos de situações consideradas são os «contextos de continuidade», em que a pobreza é vivida como inevitável e natural, e os «contextos de contraste», em que se sente a descontinuidade entre pobres e ricos como injusta e se ensaiam estratégias de libertação⁶⁰. Nesta perspectiva, dá-se uma maior importância à avaliação subjectiva da situação concreta das pessoas e aos trajectos individuais ou de grupo.

V

Porque nos propomos, na demonstração que empreendemos, proceder a uma análise da pobreza na óptica da sociologia política, tentaremos agora relevar as dimensões que, por vezes, têm sido um pouco esquecidas ou negligenciadas. Interessa-nos saber como se gera e, portanto, também, se explica, através da sua génese, a pobreza e quais as suas principais formas de manifestação. Para isso, será necessário ter

⁵⁹ JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA e outros, *Facteurs et Types de Pauvreté au Portugal*, (policopiado), 1989.

⁶⁰ JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA O. C., p. 153, 154 e 158.

presente algumas distinções conceituais e atender ao seu carácter multi-dimensional.

Do ponto de vista económico, a pobreza pode ser definida como a situação, em que se encontram pessoas ou grupos, de carência de recursos disponíveis. Esta referência aos níveis de subsistência conduz à distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa. Será absoluta, se falha a capacidade para satisfazer as necessidades primárias da vida e, por isso, a própria subsistência física ⁶¹. Os réditos totais são considerados como insuficientes para assegurar a existência, ao nível mínimo de alimentos e de habitação. Têm-se aqui em conta as linhas ou limiares da pobreza. O conceito de pobreza relativa, esse prende-se com a privação dos padrões de vida e de actividade próprios de uma dada sociedade. Trata-se de pessoas excluídas dos níveis de vida mínimos aceitáveis na sociedade em que vivem. É a concepção que, de certo modo, encontramos já expressa em Adam Smith quando afirma: «Por bens de primeira necessidade, entendo não só os que são indispensáveis para o sustento, mas todos os que o costume do país considera indigno para as pessoas não os possuírem, mesmo as das classes mais baixas» ⁶². Se a noção de pobreza absoluta se pode identificar facilmente com a de miséria, enquanto sua situação extrema, o conceito de pobreza relativa tende a converter-se com o de desigualdade social. Por definição, a pobreza absoluta tem um alcance trans-histórico e trans-societal, na medida em que se traduz pela privação dos meios indispensáveis à sobrevivência física, a um nível abaixo dos limiares mínimos. A pobreza relativa, ao contrário, é um fenómeno definível em função da situação geral da sociedade, em cada momento, ou de outras sociedades globais. Pode, na verdade, ser entendida tanto em termos históricos como espaciais. Os pobres de uma época tenderão a ser sempre beneficiados em relação aos de uma época anterior, assim como os pobres de uma sociedade podem aparecer como relativamente abastados em relação a pessoas colocadas em idêntica situação numa sociedade distinta.

Em ambos os casos, há uma escassez, total ou parcial, de recursos e a deterioração do poder de compra, sem capacidade para se aten-

⁶¹ B. S. ROWNTREE, *Poverty; A Study of Town Life*, London, Macmillan, 1901.

⁶² ADAM SMITH, *Riqueza das Nações*, Vol. II, pp. 559 c 560; M. HARRINGTON, *The Other America*; Peter Townsend, *The Concept of Poverty*, London, Heinemann, 1971; JEAN LABBENS, *Sociologie de la Pauvreté*, pp. 72, 73, 76, 77, 78, 82 e 84; RAYMOND LEDRUT, *Sociologie du Chômage*, pp. 245 e 246; HENRY HAZZELIT, *The Conquest of Poverty*, Oxford, Blackwell, 1985; STEIN RINGEN, *The Possibility of Politics*, Oxford, Clarendon Press, 1987; RUWEN OGIEN, *Théories Ordinaires de la Pauvreté*, Paris, PUF, 1983.

der às necessidades básicas, ou apenas para se satisfazer tais necessidades. Na pobreza relativa, estão sobretudo em causa os padrões de vida comumente aceites ⁶³. Quer um quer outro tipo de pobreza pode exprimir-se em indicadores de rendimento ou de consumo.

A pobreza tradicional, vieram juntar-se os «novos pobres», vítimas do desemprego, causado por crises económicas ou pelo progresso tecnológico. As novas formas de pobreza resultam de situações conjunturais de recessão económica, traduzidas em estados de instabilidade, de dependência e de precaridade. A pobreza crónica do passado, como situação maioritária do mundo rural, sudederam-se a pobreza urbana massiva do século XIX e, com o desenvolvimento económico, as novas formas de pobreza, modalidade que atinge, com agravamento crescente, os países ricos. Trata-se, ainda que como fenómeno minoritário, de pessoas sem qualificação ou com baixa qualificação, com handicaps físicos ou mentais, sem inserção no mundo do trabalho e, por isso, em estado prolongado de desemprego. São particularmente afectados os velhos, as mulheres isoladas chefes de família, e os imigrantes. A sua situação é de precaridade.

Do ponto de vista social, a pobreza é entendida como exclusão dos estilos de vida correntes e aceitáveis na sociedade. Para além da precaridade económica — quer se trate de «pobres trabalhadores» quer de «pobres ociosos», segundo a distinção estabelecida por Giovanni Sarpellon ⁶⁴ — ela implica a marginalidade social, embora nem sempre, como se mostrará adiante, estas duas dimensões apareçam necessariamente associadas. Porque as pessoas não possuem níveis suficientes de posse, de capital material e de capital humano, são objecto de exclusão social. A pobreza reveste-se, então, da sua simbologia própria, sobretudo quando concentrada em áreas degradadas. Desde então, faz surgir frequentemente uma sensibilidade particular e um estigma. É sobretudo quando a pobreza se apropria de simbologias, que assume também uma acentuada dimensão subjectiva. Tendo em conta tais dimensões, é estreita a correlação entre pobreza objectiva e pobreza

⁶³ «Pelo que respeita à pobreza relativa, têm sido sugeridos dois processos: um considera pobres os x por cento da população que se situam no extremo mais baixo dos escalões de rendimentos (por exemplo, os últimos 20% da população ordenada por ordem decrescente do rendimento); o outro fixa o limiar da pobreza em termos de determinada percentagem do rendimento médio da sociedade (por exemplo, 50% ou 75% do rendimento médio nacional)». A . BRUTO DA COSTA e MANUELA SILVA, *A Pobreza em Portugal*, p. 24; J. K. GALBRAITH, *L'Ère de l'Opulence*, pp. 299-309; JEAN LABBENS, *Sociologie de la Pauvreté*, pp. 85, 89 e 90.

⁶⁴ GIOVANNI SARPELLON, *La Povertà in Italia*, Milano, Franco Angeli, 1982.

subjectiva ⁶⁵. O pobre é um ser-outro, marcado por um sentimento de exclusão do tipo de sociedade dominante, de fatalismo e de injustiça social, alguém que faz a experiência da indiferença ou do desprezo dos outros. Esta exclusão implica um dado objectivo — o estar posto de lado — e uma dimensão subjectiva — o sentir-se excluído pelos outros. Porque se sente excluído e na incerteza do amanhã, o pobre carece de suficiente estima de si. A consciência da pobreza desperta-se e desenvolve-se normalmente com a residência em bairros periféricos e degradados, cm que é bem visível a segregação espacial e social.

A segregação é espontânea, quando resulta da posse de certos atributos e qualidades. Neste caso, é a consequência de escolhas individuais que são discriminatórias. Mas a segregação pode ser também organizada. A diferenciação traduz-se então por uma separação intencional. A política urbana de construção, pela edilidade, de habitações sociais é tendencialmente segregadora, mesmo quando se pauta por critérios de rentabilidade de espaços disponíveis, porque não tem em vista a integração de populações carenciadas, tomando descontínuo o tecido urbano ⁶⁶. A separação não é meramente económica. Ela é rodeada de equipamentos e de simbologias. A segregação, como situação de pobreza, resulta de processos de afastamento de grupos, e é a consequência de uma conduta individual/colectiva intencional. A luta contra a pobreza passa, em consequência, como se mostrará mais adiante, pela superação da marginalidade e da segregação, pela vitória sobre o individualismo e pela reconstituição de redes de solidariedade, numa palavra, pela recomposição do tecido social.

Do ponto de vista político, esta segregação em bolsas de pobreza, está ligada à falta de participação nos processos económico, social, cultural e político. Associada à ausência dos direitos fundamentais de cidadania, a privação é sentida como dependência total. Não se trata tanto de uma questão de desorganização social, mas da falta de motivação participativa e de apatia. Nos casos em que há alguma participação—normalmente expressa nos níveis mais baixos, com a sua redução a uma mera inscrição — ela é feita com vista em alguma vantagem, como ocorre na adesão sindical. A participação propriamente política, essa é mais rara, não só porque é entendida como de

⁶⁵ Lionel Stoléru, *Vaincre la Pauvreté dans les Pays Riches*, Paris, Flammarion, 1974; HENRI BARTOLI, «La stratégie des besoins essentiels face aux situations d'extrême pauvreté», in *Economies et Sociétés*, Tomo XIV. n.º 1, 1980, pp. 179-208; RENÉ LENOIR. *Les ExcluS. UN Français sur Dix*, Paris, Seuil, 1974; J. K. GALBRAITH. *L'Ère de l'Opulence*, PP. 252 c 260.

⁶⁶ THOMAS C. SCHELLING, *La Tyrannie des Petites Décisions*, Paris, PUF, 1980. pp. 137-189, Roger DAVAL. *Logique de l'Action Individuelle*, Paris, PUF, 1981.

difícil acesso, mas ainda porque aparece como questão própria de outras classes. Em todos os casos, a participação existente é passiva e dependente. A exclusão social gera naturalmente a auto-exclusão política.

Segundo Manuela Silva e Bruto da Costa, em Portugal, «para 75% da população inquirida, a responsabilidade de resolver as questões da pobreza cabe ao governo» ou aos ricos, o que prova que estas categorais sociais não encaram a hipótese de contribuíram para a sua solução. Somente 3% dos inquiridos entendem que os pobres têm uma palavra a dizer na matéria" ⁶⁷. Não há vontade nem oportunidade para a participação na vida política, gerando-se um sentimento de marginalidade em relação à actividade democrática. Nem sempre se tem sequer conhecimento dos serviços públicos capazes de lhes resolver alguns dos problemas. Quanto menor é a instrução, mais a tarefa é cometida aos outros.

Da conjugação destas diversas dimensões, resulta o «círculo vicioso da pobreza», considerado por R. Nurkse em teoria retomada depois por J. K. Galbraith ⁶⁸. O círculo fecha-se na ordenação sequencial dos seguintes factores: baixa produtividade — rédito insuficiente — fraca poupança — incapacidade de acumulação de capital — ausência de investimento — estagnação da produtividade. Este círculo vicioso é aplicável aos países sub-desenvolvidos e às bolsas de pobreza existentes no interior de uma sociedade do centro ou da semiperiferia do sistema económico internacional. Por outras palavras, tal círculo pode ser expresso da seguinte forma: o rédito é uma função do investimento, o investimento é uma função da poupança e a poupança é uma função do rendimento. A conceptualização da pobreza em termos económicos tende a encarar a política conducente à sua erradicação de acordo com uma perspectiva de desenvolvimento, isto é, segundo uma política de pleno emprego produtivo e de salários remuneradores.

Embora alguns autores, como Alfred Marshall, atribuam à análise económica o objectivo principal de ir em socorro da pobreza, a ver-

⁶⁷ MANUELA SILVA e A. BRUTO DA COSTA, *Pobreza Urbana em Portugal*, p. 216; A. BRUTO DA COSTA e MANUELA SILVA, *A Pobreza em Portugal*, pp. 164 e 165. A expressão «nova pobreza» designa «uma população cuja participação na vida económica e social se toma conjunturalmente aleatória, por causa de uma impossibilidade de aceder a um rendimento regular e certo (...) ou por causa de uma alteração na regularidade, na certeza e (ou) no nível de rendimentos". M.-A. BARTHÉ, «Les formes de la pauvreté dans la société française», in *Revue Française des Affaires Sociales*, 2, 1987, p. 118.

⁶⁸ R. NURKSE, *Les Problèmes de la Formation du Capital dans les Pays Sous-Développés*, Paris, Institut pour le Développement Économique, 1963; J. K. GALBRAITH, *A Sociedade da Pobreza*: JEAN LABBENS, *Sociologie de la Pauvreté*, p. 217.

dade é que tendem normalmente a fazer uma certa apologia da desigualdade, na medida em que esta tira o homem da passividade e o obriga ao trabalho. Além disso, a concentração dos rendimentos aumenta a propensão à poupança. Segundo J. K. Galbraith, «a poupança para investimento só se forma onde há um excedente acima do que é necessário para consumo imediato. Quando a pobreza é geral, esse excedente não existe»⁶⁹. Para além da poupança, há ainda a defesa da ética do trabalho. No entender deste mesmo autor, «talvez, concluirão alguns, que uma certa privação ou a sua ameaça seja necessária para manter a disciplina e a ética do trabalho»⁷⁰. A «ética do trabalho», enquanto trabalho monetarizado, tem levado à redução do trabalhador à categoria de «exército de reserva», como quadro normativo tanto do sistema capitalista como do processo de comunicação das sociedades de Leste. O que outrora era considerado como avidez transforma-se em virtude e aparece como expressão de qualidades naturais ou, no mundo socialista, em trabalho despersonalizado e opressivo. A «ética do trabalho» opõe-se hoje a «ética do consumo», com a substituição da liberdade no trabalho pela liberdade no consumo.

Os mecanismos acabados de relevar são susceptíveis de explicar a estrutura de algumas situações reais de pobreza e contribuem para a compreensão do processo da sua produção. A sua perpetuação dá-se, sobretudo, quando, com a falta de capital humano e material, ela assume formas sócio-culturais. Se o desemprego aparece como a «grande rota para a pobreza»⁷¹, tornado mais ou menos crónico na ausência de qualquer especialização profissional, é, no entanto, a marginalização que faz entrar algumas camadas da população em sistemas de relação social e em universos culturais favoráveis à sua transmissão intra e intergeracional. Os jovens abandonam cedo a escola e adquirem o «habitus» da sua própria classe. Não se sentem motivados frequentemente para adquirirem as «habilidades vendáveis» de que fala Max Weber, nem se projectam num futuro mais ou menos distante, com um

⁶⁹ ALFRED MARSHALL, *Principles of Economics*, New York, Macmillan, 1920; J. K. GALBRAITH, *A Sociedade da Pobreza*, pp. 22, 43 e 52.

⁷⁰ J. K. GALBRAITH, *Anatomia do Poder*, Lisboa, Difel, s/d, p. 35; WILLIAM H. WHYTE JR., *L'Homme de L'Organisation*, Paris, Plon, 1959, pp. 3, 4, 10, 15, 22, 23 e 541; CLAUS OFFE, *Contradictions of the Welfare State*, London, Hutchinson, 1984. «A «moral socialista», exigindo que cada um se invista totalmente no seu trabalho e o confunda com os seus objectivos pessoais é opressiva e totalitária na sua raiz. É uma moral da acumulação, simétrica da moral burguesa da idade heróica do capital. Ela identifica a moralidade com o amor do trabalho, despersonalizando o trabalho pela sua própria industrialização e socialização: ela exige, por isso, o amor da despersonalização, isto é, o sacrifício de si». ANDRÉ GOBZ, *Adieux au Proletariat*, p. 20.

⁷¹ SERGE Milano, *La Pauvreté en France*, Paris, Éd. du Sycomore, 1982.

projecto de vida e como cidadãos activos e empenhados numa tarefa comum. O mundo em que vivem possui uma cultura muito diferente da que encontram fora, constituindo assim uma resistência à abertura e à mudança, o que torna persistente o fenómeno do analfabetismo. Porque não entram em acção factores susceptíveis de operar uma mudança, a pobreza aparece como um património comum que se transmite como herança social. A socialização exercida pela família e a incapacidade da escola em contribuir para atenuar as desigualdades sociais contribuem fortemente para a sua reprodução social e cultural. Nesta medida, a própria família é geradora de desigualdades, operando como mecanismo de transmissão das situações de classe. Richard Hoggart analisa o «conservadorismo» das famílias pobres e Michel Pinçon explica-o pela necessidade de identificação⁷². O sentimento de ser outro leva naturalmente o pobre a refugiar-se no seu próprio meio, sem vontade promocional e em total conformidade com o «habitus» de classe. As desvantagens acumulam-se e perpetuam-se num círculo vicioso, sujeitando a pobreza, na expressão de M. Pinçon à «lógica de expoliamento». J. K. Galbraith analisa, na verdade, a «habituação à cultura da pobreza», tanto em meio urbano como rural, habituação que actua como «indestrutível barreira à mudança». Os sub-qualificados em estado de habituação estão, de facto, sujeitos, segundo Raymond Ledrut, a um «processo de acumulação da pobreza — ou pauperização»⁷³. Estes factores sócio-culturais da perpetuação da pobreza acumulam-se nas periferias das sociedades. Tais são os mecanismos da sua reprodução interna. A pobreza converte-se em situação de que é difícil sair-se, não só pelo «habitus» que cria, como ainda pelo estigma que a acompanha.

Mas, convertida em situação que se conserva por segregação e se transmite por herança, a pobreza é reforçada pela atitude generalizada de passividade em que caem os indivíduos e as famílias que, por ela, são atingidos. O operariado do século passado deixou de ser pobre quando entrou na luta social e política. Para erradicar actualmente a pobreza não basta pôr em prática uma política que «permita» a cada indivíduo e a cada família uma vida compatível com os padrões exis-

⁷² RICHARD HOGGART, *As Utilizações da Cultura*, Lisboa, Presença, 1973; MICHEL PINÇON, *Besoins et Habitus*; ELIANE MOSSÉ, *Les Riches et les Pauvres*, Paris, Senil, 1985; JEAN LABBENS, *Sociologie de la Pauvreté*, pp. 153 e 154; J. K. GALBRAITH, *L'Ère de l'Opulence*, pp. 307; MONIQUE PINÇON-CHARLOT, EDMOND PRETECEILLE e PAUL RENDU, *Ségrégation Urbaine*, Paris, Anthropos, 1986; RENÉ LENOIR, *Les Exclus*; BRIGITTE BRÉBANT, *La Pauvreté, un Destin?*, Paris, Harmattan, 1984.

⁷³ M. PINÇON, *Besoins et Habitus*, pp. 92-93; J. K. GALBRAITH, *A Sociedade da Pobreza*, pp. 63, 65, 67, 74, 79, 84, 101 e 102; RAYMOND LEDRUT, *Sociologie du Chômage*, pp. 65, 66, 118, 150, 179 e 513-514.

tentes na sociedade em causa. É necessário que os próprios pobres rompam o círculo que os rodeia e iniciem a marcha para a sua libertação, apoiados por políticas conjugadas que actuem fundamentalmente na escolarização, na formação profissional, no emprego, na habitação e em alguns serviços institucionais. Uma política de desenvolvimento e de distribuição equitativa da riqueza produzida deve ser feita de forma combinada com uma mobilização dos próprios pobres e com a criação de instituições justas geradoras de justiça, capazes de vencer a tendência natural para o surgimento de novas injustiças. Tomada visível, através de zonas degradadas, e transformada em problema social que questione o tipo de desenvolvimento adoptado, as desigualdades existentes e o ideal democrático, a pobreza pode dar origem a movimentos sociais. A diferença em relação ao século passado **está** em que não são as classes dominantes que se vêem ameaçadas pelas «classes perigosas», mas antes as «classes» políticas que descobrem a contradição entre o ideal da democracia e a democracia real.

A experiência dos países democráticos ocidentais tem comprovado que o crescimento económico, embora promovendo uma maior igualdade, não elimina a pobreza. Aquele crescimento, sem desenvolvimento, contribui para a reprodução das desigualdades. Mesmo quando o desenvolvimento social é intencionalmente promovido, ficam privados do bem-estar largas camadas da população, não obstante o aumento generalizado dos níveis de vida e a extensão dos sistemas de protecção social. Eliane Mossé avalia a França pobre em 15% dos habitantes⁷⁴. Embora seja uma minoria, em termos de percentagem, comparada com a grande maioria da sociedade tradicional, é considerável o número dos inadaptados e excluídos da sociedade de consumo. Nada garante, de facto, que o progresso económico favoreça a categoria dos mais pobres. Obedece mais, normalmente, ao critério da eficácia do que ao princípio da justiça. Profundas clivagens atravessam, por isso, a sociedade da opulência. Segundo J. K. Galbraith, «o aumento colectivo da produção deixa uma margem irredutível de pobreza na base da pirâmide dos rendimentos». Por sua vez, Eliane Mossé observa que «a ruptura entre a vida activa e a reforma faz muitas vezes cair membros das classes médias na pobreza e os pobres na miséria»⁷⁵. O desenvolvimento, por outro lado, ao mesmo tempo que introduz uma diversificação no interior da pobreza, fazendo subir o nível de vida de alguns, parece ter tirado força reivindicativa aos mais desfavorecidos.

⁷⁴ ELIANE MOSSÉ, *Lex Riches et les Pauvres*, p. 137.

⁷⁵ J. K. GALBRAITH, *L'Ère de l'Opulence*, pp. 97, 256, 261, 307-309, 252 e 255; JEAN LABBENS, *O. c.*, p. 72; J. K. GALBRAITH, *A Sociedade da Pobreza*, p. 54; ELIANE MOSSÉ, *O. c.*, pp. 114, 214 e 216.

A pobreza deverá, então, ser definida em função da cidadania, isto é, dos direitos que os indivíduos são capazes de apropriar. É-se pobre quando se está privado de riqueza, de estima social e de poder⁷⁶. Existe uma correlação estreita entre estas três variáveis, sendo, em consequência, necessário conhecer esta relação para se compreender tal fenómeno. Os ricos constituem uma classe dominante que tende a reproduzir-se pelo domínio da economia, o sistema educativo, o sistema preferencial de relações sociais e o controlo das instituições políticas e administrativas. O pobre, nos países ricos, é o que se encontra numa situação «negativamente privilegiada», num estado de carência de abundância, de segurança, de liberdade e de integração.

Numa situação de pobreza, não se dispõe de bens de fortuna ou de ocupação remuneradora, não só porque não se possui o capital material e humano necessários, mas porque não se tem o *status* social que a eles dá acesso. Falta a posição social em todo o estado de marginalidade. Nas sociedades modernas, dada a capacidade produtiva da sua economia, ninguém está condenado à pobreza ou à miséria. Estas deixaram de ser uma fatalidade ou um destino. A pobreza é essencialmente uma privação dos direitos de cidadania.

As sociedades modernas têm as suas formas próprias de segregação social. Os bairros tendem a reproduzir, no espaço, as relações de classe. Já não se trata da separação entre proletariado e burguesia, como no passado. Os pobres de hoje distinguem-se das próprias categorias operárias. Para analisarmos as situações de pobreza, será necessário considerar, para além da situação económica, a origem e a mobilidade sociais, e os direitos sociais e políticos adquiridos.

As relações sociais constituem, na verdade, um capital e oferecem um quadro existencial em que se definem os ensejos que são oferecidos a cada um. Este capital traduz-se por um conjunto de direitos e aparece como um factor de acessibilidade, no mercado dos bens sociais.

Cai-se ou foge-se à pobreza de acordo com a possibilidade de mobilidade social e com a capacidade de ocupação de uma posição social positivamente privilegiada. O sistema de estratificação torna realmente visível a situação de pobreza.

Mobilidade social — ascendente: fuga à pobreza
— nula: reprodução da pobreza
— descendente: produção da pobreza

⁷⁶ JEAN LABBENS, *O. c.*, pp. 94-104, 120, 122, 148-153, 208, 209, 262, 276, 303 e 311; RAYMOND LEDRUT, *O. c.*, pp. 511. 513 e 514.

A reprodução da pobreza opera-se através da manutenção dos estados de privação, com uma visibilidade máxima nas áreas degradadas e segregadas. A sua produção dá-se mediante a mobilidade social descendente. A eliminação obtém-se por intermédio da mobilidade social ascendente. A pobreza tanto pode, por isso, ser herdada como adquirida. Alguns nascem nos escalões mais baixos da hierarquia social e aí permanecem. Nascendo pobres, conservam-se nesse estado, com a reprodução da própria sociedade. Outros adquirem tal estado. Na sua base estão alguns factores importantes como a saúde, o trabalho, a instrução e os níveis de posse, isto é, tudo aquilo que potencia as relações sociais. Nas sociedades contemporâneas, não é a posse de propriedade que constitui o factor essencial de subsistência e do *status* social. Com a tercerização da sociedade, revestem-se de particular relevância as «habilidades vendáveis» que dão acesso ao trabalho mais remunerado e aos sistemas privilegiados de relação social.

A dimensão e o alcance dos privilégios que cada um possui derivam, conseqüentemente, da posição social que se ocupa na estrutura da sociedade. Os pobres situam-se nas posições mais baixas. A visibilidade do fenómeno manifesta-se, no entanto, sob duas formas principais: a pobreza envergonhada e a pobreza aparente, tanto na sua expressão tradicional como nas suas novas modalidades. A pobreza envergonhada atinge principalmente os indivíduos e famílias em processo de mobilidade social descendente. Neste tipo de pobreza, existe «riqueza» subjectiva e privação objectiva ou, por outras palavras, a referência a camadas sociais abastadas e a pertença, pelos níveis de posse, à classe desfavorecida, embora sem relações com ela. A par de uma real carência económica, mantem-se ainda um mínimo de relações sociais de privilégio. Nesta ambivalência, os indivíduos por ela afectados apresentam condutas díspares. Contribuem, não raro, para obras de beneficência, com o objectivo de tornarem aparente ou visível a sua situação anterior de classe, mas recebem subsídios e ajudas para poderem sobreviver. É nesta categoria que aparece mais clara a distinção entre riqueza e *status*, na definição da pobreza. Trata-se de pessoas que, por razões diversas, conheceram o infortúnio.

A pobreza envergonhada atinge as pessoas envolvidas na mobilidade social descendente e ascendente. Tanto num caso como no outro, os grupos de referência são diferentes dos grupos de pertença. A distinção está em que o paraíso da burguesia constitui ou a classe que se deixou ou a que se busca. É nestas categorias sociais que a dimensão subjectiva da pobreza é mais acentuada e mais viva, e o esforço para dela se sair poderá ser também maior. Sente-se mais o contraste entre o ser diferente e rejeitado, e o ser valorizado e integrado.

Se a pobreza é uma situação de marginalidade com um processo de marginalização, não se poderão confundir, porém, as condutas de mar-

ginalidade com as condutas de conflitualidade. Enquanto portador de padrões de marginalidade, o pobre é um desviante. Mas nem todo o desvio leva à pobreza, embora esta crie aquele, na medida em que implica uma ausência de socialização adequada ⁷⁷. Segundo W. G. Runciman, os conflitos sociais fazem-se na base de uma «privação relativa» ⁷⁸. Este conceito de «privação» foi retomado mais recentemente por Peter Townsend para analisar a pobreza em termos de exclusão do modo de vida dominante (alimentação, vestuário, conforto de casa, condições de trabalho, saúde, educação, tempos livres, etc). Em seu entender, nesta perspectiva, «compreender e explicar a pobreza é também compreender e explicar a riqueza» ⁷⁹. Este será o factor explicativo da mudança do pauperismo e da sua distinção, sob forma de áreas desfavorecidas, em relação às modalidades paleo-capitalistas. Claus Offe parece ir mais longe quando afirma que «a fractura que nas primeiras fases do desenvolvimento capitalista passava entre os grandes grupos de *status*, transfere-se, por assim dizer, para dentro de cada indivíduo. Os indivíduos encontram-se inseridos, no que diz respeito a alguns aspectos da sua actividade, em âmbitos funcionais «privilegiados», enquanto em outros aspectos pertencem a âmbitos sub-privilegiados». Não existem, na sociedade moderna, categorias sociais que não possam converter capacidades próprias em força dinamizadora. A diferença está na sua dimensão e alcance, e no aproveitamento que delas se faz. Poderá recorrer-se, de acordo com o mesmo autor, «para designar a dimensão da disparidade entre âmbitos de vida, à ideia de diversos «grupos de situação», isto é, de grupos que estão sujeitos a privações e a frustrações, dependentes de uma situação específica, sem que a posição ocupada por cada indivíduo na escala de réditos possa revestir uma qualquer importância para a superação dos problemas e das situações de crise». O que parece dominar actualmente é uma situação de «desigualdade e de disparidade entre diversos âmbitos de vida», na experiência dos mesmos indivíduos ⁸⁰. Esta análise complexifica ainda mais o estudo da realidade da pobreza. A marginalidade e a segregação não produzem necessariamente o conflito, embora o poten-

⁷⁷ ROBERT K. MERTON, *Teoria e Struttura Sociale*, Bologna, Il Mulino, 1966; TALCOTT PARSONS, *Il Sistema Sociale*, Milano, Edizioni di Comunità, 1965.

⁷⁸ W. G. RUNCIMAN, *Relative Deprivation and Social Justice*, Berkeley, University of California Press, 1966; Z. FERGE e S. M. MILLER, *The Dynamics of Deprivation*, London, 1987.

⁷⁹ PETER TOWNSEND, *Poverty in the United Kingdom*, London, Pelican Books, 1979, p. 337.

⁸⁰ CLAUS OFFE, *Lo Stato nel Capitalismo Maturo*, Milano, Etas Libri, 1979, pp. 44, 45, 54 e 60.

ciem. Por outro lado, a pobreza converte-se num fenómeno mais difuso e com contornos mal definidos. Se o ordenamento democrático, por definição, pretende retirar a certos grupos privilégios particulares de poder, para que seja possível o uso generalizado da acção, não concede a todos a mesma igualdade de oportunidades em relação aos diversos domínios, assim como não faz despertar, em cada um, idêntica energia na luta pela melhoria das condições de vida. A marginalidade, ao tornar mais visíveis as diferenciações, potencia e, em situações concretas, dá origem a condutas reais de conflito, quando é possível organizar os interesses em associações apropriadas. Mas apenas são organizáveis os interesses que aparecem como particulares de um grupo social. Somente então, as condutas de marginalidade se convertem em condutas de conflito e estas tendem a promover adequados movimentos sociais.

A mobilização torna-se particularmente difícil quando são nulas as relações de solidariedade e é apagada a consciência de conflitualidade. Na análise desenvolvida por J. K. Galbraith, a pobreza aparece, nos países desenvolvidos, «localizada» sob a forma de «ilhas de pobreza» e de casos de pobreza, enquanto «casos de espécie»⁸¹. Esta distinção entre grande pobreza colectiva e pobreza individual aponta para as condições de base de mobilização. Quanto mais isolado se encontra, mais o pobre aparece, a seus próprios olhos, como fora da sociedade, entregue à sua sorte. A solidariedade aumenta com o grau de aproximação e de relacionamento.

A consciência da marginalidade e da dependência acentua-se, de facto, com a criação de áreas desfavorecidas, zonas em que a pobreza tende a perpetuar-se como sub-cultura⁸². A situação neste tipo de cultura, pelos sentimentos de inferioridade e de impotência que gera, retira frequentemente às pessoas a capacidade de se integrarem na sociedade global e de nela participarem. Embora a tese da sub-cultura possa ser objecto de críticas e deva ser completada por uma análise estrutural, não deixa de oferecer uma dimensão determinante do fenómeno, na medida em que considera e faz entrar na sua explicação os universos de representação e os padrões de conduta específicos dessas áreas.

⁸¹ J. K. GALBRAITH, *L'Ère de L'Oputence*, pp. 302-305; *A Sociedade da Pobreza*, pp. 15 e 16.

⁸² OSCAR LEWIS, *La Vida. Une Famille Portoricaine dans une Culiure de Pauvreté: San Juan et New York*, Paris, Gallimard, 1969; OSCAR LEWIS, *Les Enfants de Sanchez. Autobiographie d'une Famille Méxicaine*, Paris, Gallimard, 1981; M. HARRINGTON, *The Other America*; E. B. LEACOCK, *The Culiure of Poverty: A Critique*, New York, Simon and Schuster, 1971; C. A. VALENTINE, *Culture and Poverty: Critique and Counter-Proposals*, Chicago, The University of Chicago Press, 1972.

Mas o estado de marginalidade pode despertar também uma consciência de conflitualidade. Enquanto a diferenciação dá origem à marginalidade e esta a eventuais formas de isolamento ou de solidariedade libertadora, a desigualdade pode produzir, de acordo com a intensidade com que é sentida, o desenvolvimento do antagonismo. A diferenciação é um facto normal e universal nas sociedades. A desigualdade é a diferenciação tornada conscientemente injusta. Está conforme com a natureza que os homens sejam diferentes, mas contraria a justiça que não possuam as mesmas igualdades de oportunidades. As diferenças são compatíveis com as democracias, aparecendo mesmo como uma das suas condições de existência. As desigualdades, ao contrário, são sinal de que a democracia formal não é acompanhada da democracia real. Ora, como afirma Jean Labhens, «é necessário ser religioso para se viver confortavelmente da esmola»⁸³. Em certas circunstâncias, a consciência de conflitualidade aparece, de facto, associada à identidade entre os membros de uma comunidade, identidade que alimenta a vontade de aquisição de *status* social e de poder, e origina a fuga à passividade e à apatia. Identificado, de facto, o grupo e definido o seu opositor, desenvolve-se uma estratégia colectiva que conduz, antes de mais, à recusa da habituação. Para que se possa fugir à marginalidade, é necessário que se tome consciência de que ela não é inevitável e de que há soluções possíveis no horizonte imediato. A sinergia social desenvolve-se através de uma mobilização social e política accionada por uma vontade de mudança. A consciência da identidade desempenha em todo este processo uma função detonadora essencial. Aproximando e distanciando, ao mesmo tempo, e criando um objectivo comum, leva à desterritorialização das relações sociais e à sua inscrição no espaço da sociedade global, único nível em que o problema pode ser resolvido.

A fuga ao estado de exclusão social pode, no entanto, fazer-se ou no interior dessa cultura ou mediante a passagem ao exterior. O abandono dos bairros degradados ou o êxodo rural e a emigração traduzem a rejeição da habituação e a afirmação de projectos de saída. Estas estratégias são próprias de personalidades dinâmicas, capazes de movimentação individual. Outras iniciam idêntico processo de libertação no interior da própria cultura, embora com êxito variável. Os que aparecem como mais «capazes», em cada uma destas situações, são ajudados pela sociedade meritocrática a empreender a fuga de forma individualizada. Enquanto uns encontram a sua saída, outros são leva-

⁸³ JEAN LABBENS, *O. C.*, p. 129; J. K. GALBRAITH, *A Sociedade da Pobreza*, pp. 67, 69, 71, 75, 77, 78-80, 85, 91-93, 105, 111, 115, 119, 128 e 131; ALAIN TOURAINE, *Production de la Société*, Paris, Seuil, 1973.

dos a aceitar como natural a sua condição. Assim se reproduz a sociedade e se conserva o equilíbrio e a harmonia na desigualdade.

Diferente é a questão quando se pretende a formação de estratégias colectivas. As classes inferiores tiveram sempre menos consciência da sua situação e dos seus interesses do que as classes superiores. Apenas em circunstâncias especiais e por acção de uma ideologia adequada, souberam organizar-se e promover uma acção autónoma. O problema agrava-se quando as pessoas que se encontram mergulhadas na pobreza não possuem, para usar a terminologia de Albert O. Hirschman, nem «saída» nem «voz»,

A saída, através de um projecto colectivo, implica a existência de uma actividade social capaz de se revestir de uma importante dimensão política. Porque não existe essa função facilmente politizável, a saída apenas se pode operar de forma individualizada. A precaridade perante o trabalho não permite aos que ocupam empregos subalternos e periféricos valorizar a sua actividade, de modo a permitir a organização e o desenvolvimento de uma luta comum. Para André Gorz, «uma classe para quem a sua actividade social não é fonte de poder não tem a possibilidade de se elevar ao poder»⁸⁴. Ora, as «saídas» individualizadas não só comprometem a saída colectiva, como deixam normalmente sem capacidade de «voz» os que ficam, que tendem a ser os mais carenciados. O reforço das «saídas» e das «vozes» pode fazer com que a mobilidade social de alguns não retire a energia de mobilização de todos, e com que restem sempre «vozes» que se tornem factor dinamizador da «saída» colectiva.

São, portanto, diferentes as situações das zonas desfavorecidas e dos casos de pobreza. No primeiro caso, pode haver uma consciência comum do estado de marginalidade; no segundo, essa consciência tende a não ser partilhada, sobretudo no espaço geográfico envolvente. Os indivíduos e as famílias que vivem em áreas marginalizadas estão, por isso, em condições de mais facilmente se organizarem e darem origem a um movimento social reivindicativo e, desse modo, adquirirem *status* e poder. Os que vivem isolados tendem a permanecer na passividade. Se a sociedade da opulência discrimina e segrega os pobres e fá-los viver em bairros separados, a eliminação da pobreza obriga a vencer a marginalidade e a dependência através de um movimento em que se associam a acção individual e a participação colectiva.

Mais do que uma «supcr-população relativa», a pobreza transformou-se actualmente numa situação de marginalidade e de segregação.

⁸⁴ ANDRÉ GORZ, *O. c.*, p. 102; ALBERT O. HIRSCHMAN, *Salida, Voz y Lealtad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1977.

A sua superação terá, então, que passar pela conversão da passividade em mobilização e do isolamento em organização. O «equilíbrio da pobreza», como lhe chama J. K. Galbraith, é reforçada pela ausência de aspirações⁸⁵. A ruptura deste equilíbrio pressupõe então tanto a animação e mobilização das pessoas como a utilização dos recursos disponíveis, fomentando-se a participação e rompendo-se a passividade. A melhoria de vida dos pobres não se consegue sem mobilidade social e esta não se desencadeia sem motivação e sem empenhamento.

VI

O poder político adquirido pelo proletariado, no decurso do século passado, constituiu a condição da sua própria promoção. Esse poder subordinou a autonomia individual, aliás inexistente, considerada como valor burguês, à autonomia de associação. Sempre que esta autonomia colectiva se exerceu em democracia, foi libertadora. Nos casos em que prevaleceu o colectivo sobre o pessoal, criou as formas mais extremas de servidão.

Os pobres constituem, para usar a terminologia de Mancur Olson, um «grupo latente» que, não desempenhando uma actividade relevante no interior da sociedade, dificilmente desenvolve uma acção com vista na obtenção de um bem que a todos seja comum. Chamam-se grupos latentes pela aptidão de que são dotados para a defesa de interesses comuns. A passagem do estado de latência à acção passa por uma mobilização. O poder político das pessoas afligidas pela pobreza deriva, de facto, da força da sua mobilização. Estes «grupos potenciais», que se mantêm normalmente inactivos e apáticos, podem ser mobilizados mediante uma acção exterior que oriente para um objectivo as suas capacidades próprias⁸⁶. A organização confere poder e este faz valer direitos. A pobreza unicamente deixará de ser um grave problema social quando, transformada em questão política, se for capaz de romper a marginalidade, de quebrar a dependência e de se fazer desaparecer os estigmas que a cercam.

Esta capacidade política latente da pobreza tem sido considerada por pensadores desde a Antiguidade clássica. Segundo Platão, cada sociedade encena, «pelo menos duas, inimigas uma da outra, uma dos pobres e outra dos ricos»⁸⁷. Aristóteles acrescenta que os miseráveis

⁸⁵ J. K. GALBRAITH, *A Sociedade da Pobreza*, pp. 57, 65, 66 e 74. ⁸⁶ MANCUR OLSON, *Logique de l'Action Collective*, Paris, PUF, 1978, pp. 21, 23, 43, 44, 59, 63, 73, 74, 90, 154, 155, 156, 162, 165 e 171.

⁸⁷ PLATÃO, *A República*, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 167.

são mais numerosos. Em seu entender, «a verdadeira diferença que separa entre si democracia e oligarquia é a pobreza e a riqueza; e, necessariamente, um regime onde os dirigentes, quer eles sejam minoritários ou majoritários, exercem o poder graças à sua riqueza é uma oligarquia e aquele em que os pobres governam, uma democracia»⁸⁸. O homem que, como afirma Aristóteles, é não só «animal político» como ainda o «único entre os animais que tem o dom da palavra» e é capaz de distinguir e atribuir valor às coisas⁸⁹, não detém, porém, os mesmos níveis de riqueza ou de pobreza, a mesma capacidade de voz ou idênticas potencialidades de mobilização. Se a oligarquia aparece associada à plutocracia, a democracia está ligada ao estado de privação. A democracia tomou-se, no entanto, nos nossos dias, incompatível com a pobreza ao configurar-se sob a forma de democracia formal e burguesa.

A transformação da pobreza em questão política não poderá remeter a sua solução unicamente para o Estado. A este nível, a politização da pobreza tem sido feita de duas maneiras. Através de organizações criadas pelo Estado-providência, Estado que rerefaz ou faz mesmo desaparecer, como efeito perverso, as tradicionais redes de inter-ajuda, compete ao governo desenvolver políticas adequadas nos domínios fiscal, educacional, do emprego e dos salários. Ao desresponsabilizarem-se as pessoas e os grupos, rompem-se as solidariedades. A politização deriva ainda, para além da assunção de especiais responsabilidades no campo da previdência, da sua transformação em objecto de discussão pública. As sociedades modernas vêm-se preocupando com o problema da dependência e da marginalização de algumas camadas da população, sobretudo quando essa marginalização se torna demasiado visível e o poder político se propõe projectos de desenvolvimento e de bem-estar social.

O Estado-providência, ao acelerar o processo de segmentação das relações sociais, tem impedido o surgimento e a afirmação das solidariedades locais e a reconstituição do tecido social, sem remover, aos olhos dos transeuntes, a visão de situações de privação, perturbante para uma consciência política que busca a tranquilidade,

Também não se poderá esperar do automatismo do sistema produtivo ou das virtudes de um modelo de desenvolvimento a erradicação da pobreza. O crescimento económico pode ocorrer simultaneamente com o reforço da desigualdade social, o desemprego e as

⁸⁸ ARISTÓTELES, *Politique*, Tomo II, 1.^a Parte (Liv. III e IV), Paris, Éd. «Les Belles Lettres», 1971, pp. 69 e 73.

⁸⁹ ARISTÓTELES, *Politique*, Tomo I (Liv. I e II), Paris, pp. 14 e 15.

assimetrias de toda a ordem. Segundo Raymond Aron, «o crescimento económico ou os progressos técnicos não são receitas miraculosas de paz social ou de relações autenticamente humanas. A quantidade crescente de bens que o trabalho é capaz de produzir transforma os dados do que se chamava, no século passado, problema social. É mais importante aumentar a produtividade do que repartir de modo diferente os recursos disponíveis. Mas nem o crescimento económico entregue a si mesmo, nem o progresso técnico, arrastado pelo seu dinamismo, garantem uma ordem justa nem, menos ainda, condições de vida conformes às aspirações de uma humanidade que transformou mais o mundo do que se transformou a si mesma»⁹⁰. Sob as suas diversas modalidades, a pobreza é, hoje em dia, um sub-produto da sociedade e exige uma acção social e política adequada. Não é por meio de processos automáticos, mas através da mobilização política, que se sai do círculo da pobreza. Os processos automáticos não fazem mais do que assegurar a sua reprodução.

Se os movimentos de apagamento das desigualdades sociais, consideradas inaceitáveis, estiveram sempre historicamente ligados a objectivos políticos, mesmo que a maioria dos seus agentes pensasse somente em reformas imediatas, então, a superação da pobreza terá igualmente que obter-se pela desalienação das pessoas, pelo reforço organizacional e pela progressiva difusão do poder. A alienação é bloqueadora da iniciativa e da acção. A «saída» colectiva pressupõe uma voz forte. Mas para que o movimento adquira o dinamismo indispensável é necessário que se apoie numa organização capaz de promover uma clarificação dos objectivos e a congregação de esforços. É próprio dos movimentos sociais nascentes, daqueles que têm uma dimensão altamente libertadora, a «negação da ordem, do poder, do sistema social, em nome do direito imprescritível de cada um sobre a sua própria vida»⁹¹. O tomar nas próprias mãos a totalidade da existência passa necessariamente, em muitas circunstâncias, pela recusa da ordem estabelecida. Tem vindo a ocorrer, nas sociedades ocidentais, uma mudança do estilo de vida, com o aparecimento de novas necessidades e o despertar de outras aspirações. Se a «pauperização é de ordem psico-sociológica»⁹², a sua solução implica a conversão desse dinamismo em força social reivindicativa de um espaço no interior da sociedade global, em exercício pleno dos direitos de cidadania.

A democracia veio historicamente a tornar-se regime de dominação, nas mãos da burguesia, sobre os que nada possuem. A liberdade

⁹⁰ RAYMOND ARON, *LA Lutte de Classes*, pp. 15-16.

⁹¹ ANDRÉ GORZ, *O. c.*, p. 21.

⁹² RAYMOND LEDRUT, *O. c.*, p. 246.

própria do liberalismo funda-se na posse da propriedade privada. Ainda hoje alguns autores, como Milton Friedman, identificam a liberdade com a propriedade ⁹³. Ora, não tendo os pobres qualquer nível de posse económica, não encontram também espaço para a liberdade. Os diversos sectores da sociedade são, para eles, lugares de dominação. A igualdade formal perante a lei, que está na base dos direitos civis liberais, põe nas mãos da burguesia a capacidade de explorar os deserdados da fortuna e permite às sociedades a sua dominação. A visão liberal que previa o desaparecimento da autocracia e da pobreza e antevia a perfectibilidade dos seres humanos conheceu novas formas de dominação, porque acabou por preferir o conforto à vida e por conciliar a opulência e a miséria.

A pobreza está, de facto, associada à desigualdade existente na sociedade e à diferente distribuição do poder. Enquanto o sistema político apela para a participação, o enriquecimento, resultante do acréscimo da produtividade, é feito a partir da concorrência e, por isso, da eficácia, eficácia que justifica condutas de performance, não de justiça e de solidariedade. Tal é a ideologia do liberalismo, produtora da reprodução social na injustiça, a coberto da afirmação de uma busca de maior felicidade para o maior número. Para J. K. Galbraith, a concorrência é «mais do que um conceito, é o símbolo de tudo o que é bem» ⁹⁴. A riqueza está, então, nas mãos dos mais «capazes», porque melhor sabem utilizar os mecanismos da concorrência, mecanismos que geram, ao mesmo tempo, espaços alargados de pobreza e de miséria.

Não nos parece, no entanto, defensável a tese daqueles que propõem uma igual distribuição de bens, pelo que ela tem de igualitarismo ingénuo. O que importa instaurar é uma igualdade de oportunidades e isso pressupõe que todos disponham de capital material e de capital humano indispensáveis à promoção com êxito. A sociedade necessita da criatividade e da energia de alguns. De pouco serviria o igualitarismo na privação e na passividade. Mas há igualmente que superar as situações de marginalidade e fazer despertar, em cada um, um projecto de vida que dê acesso, mediante a sua mobilização, a um nível de vida humano. Mais do que preconizar uma sociedade igualitária na passividade, há que promover uma sociedade activa e justa em processo de desenvolvimento social.

No contexto das sociedades democráticas e igualitárias, em que a todos são propostas as mesmas metas, sem que disponham de iguais meios institucionais para as atingir, a pobreza é encarada essencial-

⁹³ MILTON FRIEDMAN, *Capitalismo e Liberdade*, São Paulo, Nova Cultural, 1988. ⁹⁴ J. K. GALBRAITH, *Le Capitalisme Américain*. pp. 40, 122, 131 e 132.

mente como fraqueza ou como falta de poder. Continua subjacente às sociedades da opulência e do consumo a ideologia do darwinismo social que legitima o êxito dos mais aptos e dos mais fortes, com recusa da solidariedade. A cidadania implica actualmente o pleno direito de participação de todos os bens da sociedade nas mais diversas actividades. O estatuto de cidadania foi-se enriquecendo pouco a pouco ao longo dos anos e este enriquecimento altera, em certas camadas da população, a visão que se tem da sociedade. A agregação dos trabalhadores, a sua transformação em classe «para si», produziu a sua integração no processo produtivo e na sociedade global. Mas esta integração, pelo desenvolvimento do próprio sistema de produção, levou a um relativo isolamento emburguesado e concorrencial. Segundo David Lockwood. «a ideologia social da classe trabalhadora tende a tomar a forma do modelo de poder, enquanto a da classe média se aproxima do modelo hierárquico»⁹⁵. Enquanto possuidora do modelo do poder, a classe proletária procura associar-se e organizar-se para se constituir em contra-poder e assim resolver os seus problemas. Emburguesada e aproximando-se do modelo hierárquico, perde a força reivindicativa politizável. Distanciando-se da situação do período paleo-capitalista, as novas formas de indigência afastam-se também da classe trabalhadora actual, sem oposição entre «nós» e «eles», em termos de gerar a energia capaz de desencadear a força libertadora.

A sociedade não só coloca os pobres nos escalões mais baixos da estrutura social, como ainda tende a segregá-los, sobretudo em meio urbano, perpetuando assim, no espaço e no tempo, as formas de pauperização e retirando-lhes a iniciativa para fazer valer os seus direitos. A pobreza, em certas circunstâncias, acaba mesmo por se tornar cómoda. Não cria qualquer obrigação perante ninguém e perante a sociedade. A situação de precaridade leva espontaneamente a fruir a existência no quotidiano, sem sentido quer da economia quer da temporalidade. Podendo-se explorar os outros sem empenhamento, fica-se retraído sobre si mesmo. Vítimas da exploração e da dominação, os pobres tomam-se, eles mesmos, agentes de exploração. A fraqueza produz então benefícios. Este é um aspecto que reforça a habituação à cultura da pobreza. Há famílias que auferem substanciais rendimentos e continuam a viver em insalubres tugúrios, Há rurais que buscam barracas na periferia de grandes centros urbanos para terem direito a uma

⁹⁵ DAVID LOCKWOOD, «Fonte de variação das imagens que a classe trabalhadora tem da sociedade», in Neuma Aguiar, *Hierarquias em Classes*, Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p. 122; A. WILLENER, *Imagens de la Société et Classes Sociales*, Berna, 1957; RALF DAHRENDORF, *Las Classes Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial*. Madrid, Rialp, 1962.

casa cedida pela edilidade. Há emigrantes que conseguem amealhar, no exterior, algum pecúlio, sem melhorarem em nada as suas condições de vida.

Os homens habituem-se a dar como se acostumam a receber. Uns repartem do que lhes sobra sem dignidade, os outros aproveitam sem se humilharem. A contribuição confere aos primeiros um certo sentido de utilidade. Têm necessidade dos pobres, porque, sem eles, a sua bondade egoísta não se poderia manifestar. Nem os ricos poderiam existir sem os pobres. Estes, por sua vez, adquirindo a habitação, não se sentem inferiorizados ao receber, porque isso exigiria um sentimento de dignidade pessoal. Trata-se assim de situações relativas que se reforçam mutuamente.

Como observa Theodor W. Adorno, «os homens desaprendem a arte do dom» e «mesmo as crianças esquadriham desconfiadas o doador, como se o presente não fosse mais do que um truque para vender as suas escovas ou sabões». Em sua opinião, «o donativo é necessariamente conjugado com a humilhação, através da distribuição, do cálculo exacto das necessidades, em que o beneficiado é tratado como um objecto». Quem dá não pensa na felicidade de quem recebe. A «decadência do dom» traduz-se depois na atitude de exploração de quem recebe. O pobre procura não só explorar o rico, como ainda se aproveita da situação de infortúnio de quem está colocado em idêntica situação. Nesta sociedade da equivalência, quem dá pensa na troca e quem troca procura o máximo lucro. Segundo Theodor W. Adorno, «o pensamento do dinheiro, e todo o conflito que ele transporta em si, penetra como necessidade até as mais delicadas relações eróticas, as mais sublimes relações espirituais». A gratuidade e a solidariedade estão em crise e, em toda a parte, «o cego interesse particular reconstitui-se imediatamente», destruindo a capacidade de «participação no processo social do sofrimento» e reforçando «o mecanismo da reprodução da vida, da sua sujeição e da sua destruição»⁹⁶. Nesta sociedade de objectos e de marcadorias, pode despertar o sentimento de piedade, na sua profunda ambiguidade de aproximação e de medo, mas dificilmente se desenvolve a solidariedade, necessariamente associada a uma vontade de promoção.

A solidariedade apenas encontrará espaço para se desenvolver quando o valor da vida prevalecer sobre a apropriação das coisas, e quando a emancipação da sociedade anteceder a libertação de cada um. Aqui radica essencialmente a dimensão política da pobreza.

⁹⁶ THEODOR W. ADORNO, *Minima Moralia*, Turim, Einaudi. 1954, pp. 32, 33, 34, 41, 42, 43, 97, 169, 212 e 220.

VII

As formas e os mecanismos de pauperização existentes no mundo moderno são o resultado da associação dos diversos factores anteriormente considerados.

A compreensão deste fenómeno passa, antes de mais, pela distinção entre a sociedade tradicional e a actual sociedade de consumo generalizado. A sociedade tradicional é a sociedade da hierarquia, da privação, do sacrifício, da religiosidade, do caritativismo e do assistencialismo. Neste contexto, a pobreza é uma situação normal, recortada aqui e além por pequenos oásis de riqueza. A sociedade moderna é a sociedade democrática, aquisitiva, da felicidade, secularizada, do êxito e da autonomia. Neste tipo de sociedade, existe um conflito entre capacidades, esperança e performance. As sociedades ricas continuam a produzir áreas de pobreza, porque a liberdade é contrariada pela dependência e a democracia pela falta de participação. Controlo social e emancipação são tidos como antitéticos. Não quer dizer que a pobreza e a miséria tenham desaparecido. Apenas se tornaram embaraçosas pelo contraste que criam com o ideal democrático de igualdade e de bem-estar. Se a pobreza, no passado, era encarada à luz do sonho do progresso, alimentado pelo desenvolvimento da ciência e pelo desejo iluminista de perfectibilidade humana, actualmente ela aparece incompatível com a vontade democrática, de uma sociedade que se pretende igualitária.

Houve, de facto, uma mudança profunda de situações, de sensibilidades e de perspectivas. Hoje a pobreza é pensada a partir da abundância, com o desemprego constituído em realidade ou em ameaça. Outrora, a privação do bem-estar era consentida ou até mesmo sublimada, mas onde o desemprego, em sentido próprio, praticamente não existia. O que antes se suportava passivamente torna-se intolerável aos ideais de humanidade.

Nesta sociedade aquisitiva, predominam três modalidades principais de pobreza.

Persistem, ainda, as formas tradicionais de necessidade. Algumas bolsas de desqualificados sociais continuam a existir inseridas no tecido urbano ou dessembradas pelo mundo rural, expressas numa situação endémica de carência de bens materiais e na posse de um *status* social inferior e desvalorizado. A condição humilhante é sofrida com passividade.

Com as situações de «crise» do sistema produtivo, surgem as novas formas de pobreza, características daqueles que se encontram marginalizados por falta de qualificações exigidas pelo desenvolvimento tecnológico. Trata-se de desempregados em estado de precari-

dade laboral. A pobreza aparece aqui como símbolo de fracasso ou de insucesso.

Mas a sociedade de consumo converteu algumas camadas da população em situação de pobreza subjectiva. Estão dentro do sistema democrático unicamente os que possuem a liberdade de consumo. São excluídos os que carecem da liberdade de participação no mercado. A dominação mais sentida e insuportável é, então, a que se exerce sobre o controlo das necessidades e das aspirações⁹⁷. Este controlo é generalizado nas sociedades socialistas e, nos regimes liberais, atinge as camadas mais periféricas do sistema. Não se trata somente dos que vivem em necessidade em luta pela sobrevivência, mas também daqueles cujos níveis de posse estão muito aquém dos limites dos seus desejos. A sua aspiração toma-se desmedida, no momento em que a felicidade da abundância das coisas lhes escapa. Enquanto o «humanismo» individualista e universalista se converteu em característica da burguesia, isto é, dos que vivem na opulência, o «consumismo» tornou-se a ideologia dos desfavorecidos da sociedade, dos que vivem na penúria. Nesta sociedade aquisitiva ou sociedade afluyente, a pobreza constitui um desvio da liberdade de consumo. Segundo Zygmund Bauman, «numa sociedade de consumo, pobreza significa incapacidade social e política, causada primeiramente pela inaptidão para desempenhar o papel de consumidor, e depois confirmada, legalmente corroborada e burocraticamente institucionalizada, como condição de heteronomia e de não-liberdade»⁹⁸. Consumo, logo sou..., consumo de qualquer produto, de supermercado ou das simbologias da ostentação social, busca de suplemento para um eu que carece de ser. A luta pela aquisição é, conseqüentemente, a busca da felicidade, do êxito e da identidade.

Nos tipos de pobreza considerados, actuam factores particulares e neles se desenvolvem sistemas de relações sociais próprios, factores e sistemas que estão na base do seu reforço ou da sua superação.

Os mecanismos que provocam a pobreza aproveitam tanto de processos internos como de factores externos.

Quem preconiza o estudo das suas causas externas, privilegia a análise dos constrangimentos próprios da estrutura social. A pobreza, segundo esta perspectiva, é o resultado de uma sociedade dividida em

⁹⁷ FERENC FEHER, AGNES HELLER e GYORGY MARKUS definem o Estado comunista como «ditadura sobre as necessidades» em *Dictatorship Over Needs*, Oxford, Oxford University Press, 1983.

⁹⁸ ZYGMUT BAUMAN, *A Liberdade*, pp. 111, 135, 136, 139, 140, 141, 148 e 149; GEOFF DENCH, *Minorities in the Open Society: Prisoners of Ambivalence*, London, Routledge e Regan Paul, 1986.

classes sociais e da escolha de um modelo de desenvolvimento desajustado, que não concorre para a destruição das desigualdades.

Esta sociedade assim constituída promove mais o crescimento económico do que o desenvolvimento social e, deste modo, acentua as clivagens sociais e a pauperização relativa. Porque as sociedades são estruturalmente injustas, segregam também naturalmente manchas de pobreza e de miséria.

O processo de pauperização adquire, no entanto, mais visibilidade quando se consideram os mecanismos que actuam de forma endógena.

Na base da pobreza, está indubitavelmente uma carência de bens materiais. Mas para que esta privação assuma uma configuração própria, é necessário que se revista de visibilidade e seja sentida e vivida como desqualificação por parte das pessoas que ocupam os escalões inferiores da hierarquia social e seja percebida como estado de carência pelas camadas sociais superiores.

Atingido o limiar da pobreza, os indivíduos e as famílias são colocados numa situação de precaridade. Não se trata de um mero estado transitório ou conjuntural. Torna-se precário o trabalho, frágeis e ténues as relações sociais e cria-se um espírito de insegurança e de imprevisibilidade.

Ao mesmo tempo que se interioriza o *status* desvalorizado, acelera-se o processo de marginalização. As experiências vividas, quer isoladamente quer em bairros apropriados, fazem despertar um sentido de identidade marcado por representações e valores que reforçam a falta de *status* social e levam a aceitar ou a recusar a situação de marginalidade. O pobre assume-se como um ser excluído.

Esta marginalização converte-se facilmente em sistema cultural, quando se cria um inevitável sistema preferencial de relações sociais e se opera a adaptação às precárias condições de vida e à sua perpetuação, apoiada na socialização exercida pelas famílias e pelos padrões de conduta da comunidade local. As pessoas tendem a responder à marginalização através da aceitação de um *status* social de humilhação, à margem da sociedade global⁹⁹, ou mediante o desenvolvimento de estratégias individuais ou sociais de fuga. A criação de uma cultura da pobreza, cultura feita de sentimentos, valores e representações, origina um estado de mal-estar, tomado depois posição aceite, feito de uma consciência de inferioridade social e, quando a pobreza se apresenta como envergonhada, apoiada numa vontade de distanciamento em relação às algumas camadas sociais.

⁹⁹ Louis WIRTH, *Le Ghetto*, Grenoble, Presses Universitaire, «Champ Urbain», 1970.

Este estado está associado a uma atitude de segregação por parte da sociedade isto é, à recusa do direito de cidade a certas categorias sociais. A segregação resulta de um comportamento discriminatório em relação tanto à diferença como à desigualdade e dá origem a uma separação mais ou menos radical entre os grupos sociais, fortalecendo as condições da sua perpetuação no tempo e no espaço, através da apropriação/privação de capital simbólico.

Mas a pobreza é sentida não só como exclusão e segregação, mas ainda como estigmatização ¹⁰⁰. Esta estigmatização é uma forma de classificação que, avivando a sua identidade negativa, lança no descrédito determinadas categorias sociais consideradas como anormais face aos padrões dominantes. As pessoas, nesta situação, sentem-se inferiorizadas perante uma sociedade que as rejeita. A estigmatização, assinalando a diferença, é uma marca do indesejável, daquilo que é detestável e, por isso, deve ser posto fora do alcance do quotidiano da normalidade. Este estigma acompanha todo o processo de marginalização e de segregação, alimenta-se da relação que se estabelece permanentemente entre a identidade pessoal e a identidade social, e é accionada pela própria sociedade nomeadamente através de instituições por ela criadas. À medida que as pessoas e as famílias se marginalizam, vão-se, ao mesmo tempo, segregando. A associação da hetero e da auto-segregação tende, por sua vez, a produzir a estigmatização. E quando se ligam estreitamente segregação e estigmatização, a cultura da pobreza adquire a sua máxima coerência e força. A estigmatização extrema é igualmente a fase final da desqualificação social e retira qualquer perspectiva de mudança. Se a segregação é anti-integradora, a estigmatização marca culturalmente e de forma irreversível a exclusão. A situação de marginalização e de estigmatização dá origem, finalmente, à apatia política. O retraimento sobre o próprio mundo, com a dificuldade ou impossibilidade de penetração em outros meios sociais, limita ou impede a integração social e a participação. Este distanciamento sócio-político aparece particularmente ligado ao próprio processo de segregação e de estigmatização, destruindo todo o espaço para a vivência da cidadania.

No processo de reprodução da pobreza, a consciência da desqualificação social é reforçada, por outro lado, pelo assistencialismo. As instituições assistenciais, através de práticas de despolitização, servem normalmente de válvula de escape ao funcionamento da sociedade.

¹⁰⁰ E. GOFFMAN, *Stigmate. Les Usages Sociaux des Handicaps*, Paris, Minuit, 1975; Louis GRUEL, «Conjurer l'exclusion. Rhétorique et identité revendiquée dans des habitats socialment disqualifiés», in *Revue Française de Sociologie*, XXVI, 1985, pp. 431--453; FRANÇOIS DUBET, *La Galère: Jeunes en Survie*, Paris, Fayard, 1991.

colocando sob tutela os indesejáveis e actuando como agências de normalização. Criadas para promover a erradicação da pobreza, acabam por reforçá-la, para se manterem no tempo. A sua perpetuação está associada à reprodução das situações de necessidade. O assistencialismo é um mecanismo que assegura a manutenção da pobreza sob formas perfeitamente controladas pela sociedade. Despolitizando-se algumas categorias sociais, para se garantir a «Ordem» social, promove-se a conservação da «desordem» estabelecida. Desde que o social passou a ser objecto de gestão, as áreas de pobreza são colocadas em situação de dominação, transformando-se os equipamentos colectivos em instrumentos de controlo social e de extensão do poder político. Secularizando-se a acção caritativa, o Estado sujeita-a à lógica da submissão.

Se o regresso à caridade privada é incompatível com a sociedade democrática, o assistencialismo não o é menos. A «beneficência administrativa», que, segundo Theodor W. Adorno, «cobre programaticamente as feridas visíveis da sociedade», coloca os assistidos sob dependência. A perda da autonomia pessoal é correlativa da determinação das necessidades por via burocrática. Nas sociedades modernas, no entender de Zygmunt Bauman, «a vida dos que são privados está sujeita ao governo burocrático, que isola e incapacita as suas vítimas, dando-lhes poucas possibilidades para lutarem, para darem resposta, ou mesmo para resistirem através da não-cooperação»¹⁰¹. É controlado o seu estilo de vida, a sua actividade económica e a sua privacidade. É suposto da assistência a ideia de que o pobre é um cidadão falhado, incapaz de exercer a liberdade e de que, por isso, necessita de ser tutelado.

O assistencialismo, como atitude quer dos indivíduos quer das associações, poderá, no entanto, assumir diversas modalidades, de acordo com a intenção e o objectivo que lhe estão subjacentes.

Pode significar um mero gesto exibicionista e assim traduzir uma acção gratuita. Não se sente o mal dos outros, apenas se quer mostrar a própria capacidade económica e grangear estima social, através da benemerência. Este assistencialismo afecta, em certas circunstâncias, os próprios pobres envergonhados.

Noutros casos, responderá à necessidade de calar consciências inquietas. Aqueles que defendem qualquer tipo de opção pelos pobres ou são pessoas «deslocadas» no sistema de classes ou estão integradas em instituições que corporalizam ideais contraditórios com estados de

¹⁰¹ THEODOR W. ADORNO, *O. c.*, p. 32; ZYGMUNT BAUMAN, *Liberdade*, pp- 135 e 137.

Sufrimento e de carência, mas que, na acção, tendem a seguir normalmente a via mais fácil.

Mais frequentemente, terá como objectivo a domesticação da «classe perigosa». Nunca se controla tanto como quando se protege, e nunca a exploração é tão conseguida como quando é feita a coberto de aparências de comiserção e de ajuda social.

Não raro é acompanhada de intenções mercantilistas. As dádivas que algumas instituições económicas e financeiras fazem aos pobres de certas áreas, consideradas pela opinião pública em situação de grande privação têm, por vezes, como intenção a troca de bens em valor superior. Tal beneficência obedece à lógica do *Marketing*.

Somente uma assistência tornada prática oposta ao assistencialismo pode promover uma acção transformadora das situações existentes. Mediante um processo mimético ou auto-propulsor, procura-se, então, converter o pobre em agente da sua própria promoção. Se, nas modalidades precedentes, é olhado como mero objecto de uma actividade, realizada com a finalidade de satisfazer a vontade de exibicionismo ou a exigência de calar consciências inquietas, de domesticar populações ou de encontrar lucros, aqui aparece como sujeito dotado de vontade e de intencionalidade.

Em todas as modalidades em que domina o assistencialismo, cria-se uma relação circular entre assistência e assistido. As instituições mantêm-se, fazendo reproduzir as situações que estão na base da sua criação e continuam a ser o fundamento e a justificação da sua existência. O seu funcionamento obedece à lógica da conservação do sistema e esta conservação coloca os que nelas trabalham sob a lei da inércia. Por sua vez, os indivíduos e as famílias carenciados são sujeitos à «aprendizagem da desqualificação social», através da «aprendizagem do *status* de assistido», isto é, das normas e das imposições que lhes estão associadas. Esca experiência vivida, que vai transformando a personalidade e o universo de representações dos indivíduos, provoca nos assistidos uma «estratégia de sedução» que conduz a uma «assistência instalada», com a criação de uma «identificação progressiva ao *Status* de assistido». Esta situação corresponde à fase em que os assistidos interiorizam as atitudes que correspondem ao *status* aceite, de servidão voluntária, com a elaboração de racionalizações adequadas, susceptíveis de dar sentido à vida. A interiorização desse *status* e a obediência à lógica da assistência levam ao reforço das tendências observadas na assistência instalada e ao aparecimento de uma «assistência reivindicada»¹⁰². Com tal desenvolvimento, entra-se no «jogo da

¹⁰² SERGE PAUGAM, *La Disqualification Sociale*, Paris, PUF, 1991, pp. 92, 105, 107, 110, 151, 164, 165, 168 e 172; J. BAUDRILLARD, *De la Séduction*, Paris, Galilée, 1979.

sedução recíproca», em que assistência e assistidos encontram o equilíbrio que assegura a sobrevivência de uma e de outros. Nesta situação terminal, o pobre perde toda a motivação para o trabalho e abandona qualquer projecto de reinserção social, ao mesmo tempo que procura explorar, com uma conflitualidade crescente, os serviços que são prestados pelas instituições assistenciais.

A experiência vivida de desqualificação social é determinada pela desvalorização da zona residencial, na mentalidade geral, e pela crescente precaridade da existência. A identidade negativa resulta destes dados objectivos, da tendência discriminatória da sociedade e da acção estigmatizante das instituições sociais, interação, assim, a cultura da pobreza, as representações colectivas da sociedade global e as instituições sociais.

A pobreza é uma situação em que vive uma população precarizada em estado ou em processo de marginalização. Não se trata, no entanto, de uma realidade homogénea, com uma total diluição das diferenças. Descobrem-se nela trajectórias sociais diferenciadas. Ao lado dos que interiorizam o *status* de assistido, que os conduz a uma situação de total marginalidade e dependência, há os que resistem a esse estigma.

Se são diversas as trajectórias que ocasionam a marginalidade, também diferentes são as dos que a ela procuram escapar. As experiências da desqualificação social variam em forma e intensidade, e exigem um cuidado especial no estudo da sua variedade. No caso da criação de um meio cultural marginalizado, com a degradação dos espaços colectivos e a segregação, desperta uma identidade específica com uma consciência própria de *status* social, que tornam inactivas as pessoas que aí se encontram. A perpetuação da pobreza, enquanto herança de um *status* desvalorizado, faz-se então por meio da conservação de uma identidade negativa, e com a criação de um universo cultural que torne tolerável a situação.

No espaço heterogéneo do mundo da pobreza, desenvolvem-se trajectórias diversificadas de resistência ao estigma. Os indivíduos e as famílias podem resistir, por vezes, ao *status* social de pobreza, valorizando a sua identidade colectiva, através de estreitas relações sociais. Nos grandes aglomerados habitacionais, «as condutas de sociabilidade mais anódimas empenham toda a posição social e toda a relação aos grupos sociais» e «a condição essencial de relações de vizinhança é a homogeneidade social da população»¹⁰³. Quando isso ocorre, a fuga à

¹⁰³ J.-C. CHAMBOREDON e M. LEMAIRE. «Proximité spaciale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement», in *Revue Française de Sociologie*, XI, 1970. pp. 13 e 14; SERGE PAUGAM, *O. c.*, pp. 175, 181 e 182.

situação de precaridade e de marginalidade faz-se através de uma acção colectiva. Mas a solidariedade pode provocar efeitos opostos. Tanto gera dinamismos emancipadores como reforça a cultura da pobreza.

Nem sempre existe um sentimento de solidariedade com o grupo de pertença. A consciência de partilhar a mesma condição social, numa situação de relativa heterogeneidade, objectiva ou subjectiva, compatibiliza-se, por vezes, com a percepção das diferenças. Tal percepção impede a emergência de ligames comunitários e tende a promover o aparecimento de trajectórias individuais ou familiares. Esta busca da distinção, no interior de um mesmo espaço social desqualificado, refreia, normalmente, os ligames comunitários e impede o surgimento de uma reivindicação colectiva. As «estratégias de distinção social» apresentam-se, segundo Serge Paugam, sob uma tríplice modalidade: «o evitamento, a reconstituição de diferenças e a deslocação do descrédito». Alguns indivíduos em situação de precaridade económica e de marginalidade social, tendem a definir a sua identidade na sociedade em termos de um «voltar-se para a esfera doméstica», com o fechamento sobre si mesmos, a dessolidarização com os outros e o desenvolvimento de estratégias individuais de mobilidade social. Outros tendem a recriar diferenças e a valorizar critérios de distinção como forma de afirmação de identidade. Outros ainda procuram promover a «deslocação do descrédito para pessoas às quais não se quer ser assimilado»¹⁰⁴. Trata-se da criação de um universo de representações capaz de dar sentido à situação e de contrariar a avaliação feita pela sociedade, desviando o descrédito para outros. Tais são as tentativas individuais de resposta a uma posição de desqualificação social e de segregação, tanto mais intolerável quanto maior é a consciência de fracasso.

Na maior parte das situações de pobreza existe, de facto, uma grande heterogeneidade social e cultural que potencia trajectos diversificados de mobilidade social. Porque a pobreza constitui normalmente uma situação heterogénea, há a possibilidade de se desenvolverem trajectórias pessoais divergentes. A luta deverá, então, ser feita através da criação simultânea de crescentes espaços de autonomia e de participação, e de formas de organização dos próprios pobres, incentivando os meios organizacionais e políticos adequados. O assistencialismo poderá minorar as desigualdades, mas jamais destrói as bases da reprodução da pobreza.

¹⁰⁴ SERGE PAUGAM, *O. C.*, pp. 193, 197, 198, 199, 201, 204, 207, 209, 214, 215 e 221; R. OGIEN e J. KATUSZEWSKI, *Les Carrières du Pauvre*, Paris, C.O.R.D.E.S., 1981.

VIII

O desenvolvimento que conheceram as sociedades ocidentais, nos últimos tempos, produziu uma mudança qualitativa na situação da pobreza, à medida também que deixou de ser uma questão da maioria. Em Portugal, persistem vastas manchas de pobreza, coexistindo formas tradicionais com novas modalidades.

Enquanto no século passado, a pobreza está ligada ao processo de proletarização e, por isso, a exploração do trabalho pelo capital, actualmente ela tende a estar associada à alienação sócio-cultural e à dominação. São os desqualificados sócio-culturais, que não possuam «habilidades vendáveis» no mercado de trabalho, que se encontram também mais marginalizados, segregados e estigmatizados. Este fenómeno é alimentado pelo acelerado desenvolvimento científico e técnico e a sua aplicação ao sistema produtivo.

A condição do pobre está ligada a ausência de direitos que foram apropriados pela maioria das pessoas integradas na sociedade. Ela tem a ver com a falta de integração no sistema produtivo, mas relaciona-se sobretudo com a posição na estrutura social e a participação no sistema do poder. A pobreza é uma questão de não exercício de cidadania, isto é, de carência dos direitos sociais e políticos. Quando se acumulam as desvantagens nas estruturas, económica, social e do poder, a sociedade tende a perpetuar as situações criadas, que se tornam mais difíceis de superar quanto maior for a habituação.

Mais do que a desigualdade material, parece ser a reivindicação da autonomia e da liberdade individual que constitui o motor da acção soeiai. A humilhação nas relações humanas e na vida colectiva, se outrora resultava da convivência da exploração e da dominação, hoje é sobretudo a consequência da segregação social consentida pelas instituições e pelo Estado. A fome vence-se através da libertação da liberdade e da construção de um mundo solidário onde todos, com o fim das servidões e das dominações, possam ter uma vida verdadeiramente humana. O valor de cada um, nas sociedades modernas, tende a ser dado pelo lugar que se ocupa e pelos privilégios de que se goza. Parece não existir identidade que não resulte do *status* social e da posição no sistema do poder. A lógica da reprodução da pobreza é, neste contexto, a mesma da manutenção da dependência na estrutura social. Esta reprodução segue a lógica de outras práticas sociais nos domínios da escola, do trabalho, da cultura, da vida social e do poder político. A sua nacionalidade é também idêntica. Os mecanismos de desarraigamento da pobreza residem, conseqüentemente, na capacidade de auto-organização dos «negativamente privilegiados» em ordem ao rompimento do círculo que os rodeia.

Formas e mecanismos de exclusão **social**

A miséria e a opulência são os termos de uma relação na actual sociedade de consumo. Uma produz e vive da outra. A quebra desta relação passa pela desocultação das exclusões e das dependências, pela libertação das modernas opressões e pela valorização das mais-valias sociais e culturais. A falta de cidadania, há que opor a criação de redes de sociabilidade e de associação e um processo alargado de mobilização. As estruturas sociais são condicionantes tanto da habituação como da mudança. As variáveis contextuais oferecem aos indivíduos os recursos de que precisam para a sua existência. A fuga à pobreza deve utilizar os factores dinâmicos desses contextos.

Conjugando a «saída» e a «voz», os movimentos de ideias vão-se tornando práticas e a acção converte-se em busca intelectual. Deste modo, se contrapõem à segregação a integração, à exclusão a participação, à marginalidade os movimentos sociais. Uma maiêutica da libertação toma, então, o lugar das «teologias» da alienação e da opressão. Mais do que lutar contra alguém, importante é tomar a vida nas próprias mãos, associando a aceitação da liberdade em autonomia à responsabilidade na construção da própria existência.

Outubro 1991